



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 36 - Nº 708 - DE 18 DE FEVEREIRO A 9 DE MARÇO DE 2024 - R\$ 5,00

Dois anos de guerra na Ucrânia

Os perigos da guerra na Europa não se devem à Rússia, mas aos Estados Unidos e aliados

PELO DESMONTE DA OTAN E DAS BASES MILITARES DOS ESTADOS UNIDOS!

Quatro meses de massacre na Faixa de Gaza

ERGUER UMA POTENTE FRENTE ÚNICA ANTI-IMPERIALISTA PARA DERROTAR O ESTADO DE ISRAEL, OS ESTADOS UNIDOS E A SUA ALIANÇA IMPERIALISTA

Desvendados os bastidores da conspiração golpista

SOMENTE A CLASSE OPERÁRIA ORGANIZADA SOBRE A BASE DE SEU PROGRAMA E COM SEUS MÉTODOS DE LUTA PODE DERROTAR AS POSIÇÕES DITATORIAIS DA POLÍTICA BURGUESA E AVANÇAR NO TERRENO DA REVOLUÇÃO SOCIAL

Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) sobre a crise na Argentina

Escalada militar

OTAN se prepara para a guerra contra a Rússia e a China

A classe operária está diante do enfrentamento à ofensiva bélica do imperialismo

Somente com o programa da revolução social, os explorados poderão interromper a marcha das guerras de dominação

Quatro meses de bombardeios pelas Forças Armadas de Israel na Faixa de Gaza. Dois anos de guerra entre a Rússia e a Ucrânia. São duas conflagrações militares que emergem da crise mundial do capitalismo. A elas, se agregam os conflitos armados na África. Na América Latina, a dissensão da Venezuela com os Estados Unidos em torno à exploração de petróleo na região de Essequibo, disputada com a Guiana, deram sinais da escalada militar que avança mundialmente. Como pano de fundo, recrudescer a guerra comercial dos Estados Unidos contra a China. A confluência desses acontecimentos põe à luz do dia as contradições que emergem da incompatibilidade das forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações de produção baseadas na grande propriedade dos meios de produção. As fronteiras nacionais se tornaram um poderoso obstáculo ao seu desenvolvimento.

Essas contradições históricas levaram as potências a duas guerras mundiais. Resultaram em destruição massiva de forças produtivas, partilha do mundo, maior saque dos recursos naturais e recrudescimento da opressão nacional. Há muito se esgotou a partilha promovida na Segunda Guerra Mundial. O capital altamente concentrado, a superprodução e o agigantamento do parasitismo financeiro levam o imperialismo a romper a partilha do mundo. A disputa pelas fontes de matérias-primas se ergue em um novo patamar com as novas tecnologias. A guerra comercial gesta relações de força que se manifestam na forma de escalada militar e de preparação para a guerra.

Os Estados Unidos, na condição de potência hegemônica, tomam a dianteira em impor suas condições, não apenas pela sua capacidade econômica, como também pelo seu poderio militar implantado em cada continente. A partilha oriunda da Segunda Guerra, configurada na forma do acordo de Yalta, foi ditada pelos Estados Unidos e Inglaterra, mas nas condições de participação da URSS e em uma posição de força no Leste Europeu. Em questão de tempo, as contradições entre a expansão dos Estados Unidos e as conquistas da URSS se manifestaram na forma de confrontação. A Revolução Chinesa, quatro anos após o fim da guerra, resultou em um golpe contra o domínio dos Estados Unidos no Indo-Pacífico. A Guerra da Coreia que se gestou no curso da Revolução Chinesa esteve próxima de os Estados Unidos se valerem do armamento atômico. A divisão da Coreia impossibilitou o avanço da revolução, mas impediu a vitória do imperialismo. A partilha do Oriente Médio conferiu aos Estados Unidos a transferência da hegemonia inglesa para a norte-americana. A criação do Estado sionista de Israel e a subjugação do povo palestino permitiu à potência do Norte estabelecer um enclave na região. A criação da OTAN possibilitou aos Estados Unidos estenderem seu braço militar à Europa e assim promover a reconstrução econômica e política de sua parte ocidental.

A ideologia da “Guerra Fria” foi concebida como uma estratégia do imperialismo de interromper o curso das revoluções, aberto na Primeira Guerra com a Revolução Russa e a edificação da URSS. Estancar as revoluções e promover as contrarrevoluções, para que a hegemonia alcançada na Segunda Guerra se ampliasse com o fim das fronteiras nacionais controla pela URSS. Havia que anular e varrer a partilha que permitiu à URSS controlar uma parte importante da Europa Oriental. O que poderia precipitar uma guerra pela destruição das conquistas revolucionárias do proletariado. Os Estados Unidos edificaram a OTAN com esse objetivo. O Plano Marshall reconstituiu e fortaleceu as forças produtivas capitalistas. O mesmo processo ocorreu na Ásia com o reerguimento do Japão. Os Estados Unidos puderam, assim, montar bases militares em toda a parte e contar com o consórcio da OTAN.

O imperialismo unido levantou poderosas barreiras às revoluções e impulsionou as contrarrevoluções. A reconstrução econômica da Europa levaria à queda das “repúblicas populares” no Leste Europeu de economias atrasadas e subordinadas à política da URSS comandada pela burocracia estalinista. A contrarrevolução atingiu os elos mais

fracos, começando pela Hungria. A derrubada da URSS concluiu o processo de recuperação do terreno perdido pelo imperialismo na Segunda Guerra Mundial. Não foi necessário lançar a OTAN em guerra contra a URSS. A contrarrevolução estava instalada em seu interior, desde que Stalin derrotou a Oposição Esquerda, liderada por Trotsky. Na década de 1980, a URSS se achava completamente condicionada pela política do imperialismo e pela crise mundial do capitalismo. Os choques internos à burocracia governante, que se refletia em divisões no Partido Comunista, e a crise política favoreceram a fração mais decidida pela restauração e mais vinculada às forças do imperialismo.

Com a liquidação da URSS, os Estados Unidos decretaram o fim da “Guerra Fria”, sobre a base de uma aproximação com o governo e a oligarquia burguesa. Pressupunha-se maior liberdade de expansão dos monopólios e penetração do capital financeiro no território da ex-URSS. A Rússia restauracionista teria de submeter suas forças produtivas aos ditames dos Estados Unidos e da União Europeia. E se ajustar ao poderio da OTAN. O custo para a Rússia resultaria primeiramente em perda de controle sobre as ex-repúblicas soviéticas. Tratava-se de um amplo processo de anexação territorial à União Europeia e de subordinação à OTAN.

Os conflitos internos e guerras no ex-território da URSS se instalaram sob a influência dos Estados Unidos. A guerra na Ucrânia é parte desse processo mais geral do avanço da política imperialista de abolir fronteiras que dificultam a expansão de seus capitais e do saque de matérias-primas. A resistência da Rússia em se submeter aos ditames dos Estados Unidos tem por conteúdo histórico não regredir à condição de semicolônia, depois de ter sido um império até a revolução socialista e de alcançar um grande desenvolvimento com o sistema soviético. A guerra na Ucrânia se desenvolve sobre a base da disputa territorial. É imperativo para o capital financeiro destruir até o último alicerce o poder que teve a URSS no vasto e rico território da Eurásia.

A Rússia restauracionista não ameaça em nada o poderio da União Europeia, mas a Alemanha que velozmente se arma afirma que é preciso fortalecer ainda mais a OTAN e o próprio armamento de cada país da Europa para enfrentar o perigo russo. O pronunciamento do secretário-geral da OTAN de que os seus membros devem contribuir com 2% do PIB ressoa a exortação do ministro da Defesa da Alemanha e as exigências dos Estados Unidos. A União Europeia aprovou uma ajuda bilionária à Ucrânia e o Senado norte-americano acaba de fazer o mesmo, a depender finalmente da Câmara dos Deputados. No Oriente Médio, mantém-se a tendência de alastramento dos choques militares. O cerco a Rafah e aumento do massacre foi a resposta de Israel à discussão sobre um plano de paz patrocinado pelos Estados Unidos.

O Instituto Internacional Estratégico (IISS), de Londres, acaba de divulgar que em 2023 houve uma disparada nos gastos militares, chegado a US\$ 2,2 trilhões. O salto de 9% nos investimentos em armamento são consequências da potenciação das tendências bélicas que há muito vem se manifestando. Indicam, agora, os perigos de um confronto direto dos Estados Unidos com a Rússia e a China.

Não haverá solução para a guerra na Ucrânia e na Faixa de Gaza que altere o curso dos choques internacionais, se depender do imperialismo. As manifestações contra o genocídio do povo palestino são o início da resistência mundial às posições e interesses das potências. Não se configurou ainda uma resposta das massas à guerra na Ucrânia. O bloqueio imposto pelas direções reflete a confusão que existe entre os explorados sobre as razões da guerra e seus perigos para a Europa e o mundo. A luta pelo fim da guerra e por uma paz sem anexação entre Ucrânia e Rússia converge com a luta pelo fim imediato dos bombardeios do Estado sionista sobre a Faixa de Gaza. Esse combate implica organizar a frente única anti-imperialista e caminha no sentido da revolução social.

Prossegue a crise política

Novos elementos sobre a tentativa de golpe fracassado

Da ultradireita à esquerda, não faltaram vozes de que os acontecimentos de 8 de janeiro não passaram de um simples desatino dos bolsonaristas e de que a caracterização de tentativa de golpe era absurda. De um golpe fracassado, porém, não se pode deduzir que não houve tentativa de golpe. A condenação da bandeira de “Abaixo o golpe” levantada pelo Partido Operário Revolucionário em nome de que não passou de uma encenação se mostrou estúpida e insana. Basta o reconhecimento da existência de uma tendência golpista, portanto antidemocrática, para se lutar sob a bandeira de “Abaixo o golpe”. Não se precisava das recentes revelações de que Bolsonaro, ministros, comandantes militares e políticos articularam um processo voltado a impedir a vitória de Lula e a sua posse para se ter a confirmação de um processo golpista.

A crise política que emergiu durante a pandemia e o seu agravamento com a saída de Lula da prisão a candidato contado a disputar com Bolsonaro gestou uma reação claramente conspirativa. Bolsonaro, seus aliados e sua base de apoio montada na classe média muito antes de as eleições tomarem a forma de polarização deixaram transparecer o início de uma resistência antidemocrática e golpista. O questionamento sobre a segurança das urnas eletrônicas serviu de bandeira à ultradireita para reunir forças voltadas a barrar a volta de Lula à presidência da República. Nesse terreno, aumentaram os conflitos do Executivo com o Judiciário, mais precisamente com o Supremo Tribunal Federal (STF). Conflitos que alcançaram grandes proporções no marco da dissensão em torno às diretrizes governamentais diante da pandemia, e que permaneceram acesos no período pós-pandêmico.

Bolsonaro montou um governo de ultradireita entrelaçado com uma fração das Forças Armadas e assentado nas cúpulas da polícia militar. Para isso contou com a ativa intervenção política das igrejas evangélicas, de maneira que o Partido Liberal (PL) passou a ter um significativo espaço na governabilidade. O declínio das posições burguesas de centro-direita, representada pelo PSDB, e a derrocada do PT com o impeachment de Dilma Rousseff, abriram caminho à ascensão da ultradireita, militarista, fascizante e obscurantista.

A rachadura que se abriu entre a ultradireita e as demais orientações partidárias da burguesia em torno à política de combate à pandemia rompeu a sustentabilidade de Bolsonaro e pavimentou o caminho de sua queda. As forças sociais de ultradireita e a fração militar que as expressam esperavam manter o PT, Lula e os aliados de esquerda distante do centro do poder do Estado. A crise de 2016 permitiu a defenestração do PT em um processo golpista mascarado de institucionalidade. A ultradireita, direita e centro-direita se uniram para destituir Dilma Rousseff. Esperava-se o retorno à presidência de uma coligação partidária de centro-direita, mas foi a ultradireita encabeçada pelo deputado Bolsonaro que se fortaleceu. Fracassou, porém, a possibilidade de formação de um governo ditatorial bonapartista.

A pandemia se encarregou de alimentar os fatores estruturais do descenso econômico do Brasil. A onda de fechamento de fábricas, a elevação às alturas do desemprego, a defasagem salarial e a projeção da pobreza, miséria e fome, bem como as contrarreformas antinacionais e antipopulares, montadas desde a ditadura civil de Temer, minaram o terreno da política de ultradireita. Mas, ao contrário de favorecer os partidos tradicionais da burguesia (PSDB e PMDB) e aliados de centro-direita, oxigenou o PT e ergueu a figura do caudilho Lula. É nessas condições econômicas, sociais e políticas que a ultradireita perdeu fôlego e seu governo passou a reagir ao avanço da oposição com a estratégia golpista.

Os crescentes atritos e choques entre os três poderes, entre os quais foi se destacando os antagonismos políticos entre o Executivo e o Judiciário, evidenciaram a perda de governabilidade e a desestabilização política. As tendências golpistas encarnada pela ultradireita tem suas raízes no regime militar que vigorou de 1964 a 1985. Os fracassos dos governos em interromper a linha geral de descenso econômico após a ditadura militar e de crescente antagonismo entre riqueza da minoria e pobreza da imensa maioria – governos que vão de Fernando Henrique Cardoso a Lula e de Dilma Rousseff a Bolsonaro – impossibilitaram abrir um período de estabilização política. A recuperação do protagonismo político dos militares progrediu de governo a governo, sendo que no de Temer e Bolsonaro passaram a condicionar mais diretamente a política de Estado.

A derrocada do governo de ultradireita atingiu a fração militar mais vinculada ao período de ditadura militar. Está aí por que a CPMI de 8 de janeiro apurou a responsabilidade de mais de cinquenta militares e policiais pelos acampamentos bolsonaristas e ocupação da Praça dos Três Poderes. O STF condenou alguns das centenas de presos por tentativa de golpe. Agora, o STF liberou a apresentação das investigações da Polícia Federal que comprometem diretamente Bolsonaro, militares e civis.

A divulgação de uma reunião ministerial de julho de 2022 em que se tratou da conspiração montou um quadro mais amplo do processo golpista. As minutas - uma encontrada em posse do ministro Anderson Torres, e outra na sede do PL – detalham algumas medidas típicas de um golpe de Estado: instauração do estado de defesa, decretação de estado de sítio, utilização da operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), prisão de alguns ministros do STF e do presidente do Senado, e anulação das eleições.

Apurou-se que havia se constituído uma operação militar para manter Bolsonaro no poder. O ajudante de ordem do presidente, Mauro Cid, foi um dos articuladores entre vários membros da cúpula do governo e das Forças Armadas. Acabou fazendo uma delação premiada em virtude de sua prisão, que permitiu à Polícia Federal abrir a caixa da conspiração golpista. As figuras militares ocupam um lugar de tropa de choque da ultradireita, que encontrou na política bolsonarista um de seus melhores abrigos. O PL funcionou como o braço político que daria sustentação ao golpe. A busca e apreensão sofrida pelo seu dirigente, Valdemar Costa Neto, se deveu ao fato de que uma das minutas envolvia a sede do partido.

A crônica jornalística sobre os meandros e figuras da conspiração dão conta de expor os detalhes que não deixam dúvidas de que entre dezembro e janeiro de 2022 a cúpula do governo passou a conformar um movimento pela anulação das eleições e impedimento à posse de Lula. Evidentemente, as ações golpistas são bem anteriores a esse curto intervalo de tempo comprimido pelas eleições de outubro, derrota de Bolsonaro e invasão da Praça dos Três Poderes pela horda bolsonarista.

No Congresso Nacional, se esboçou uma reação da bancada ultradireitista. O senador Hamilton Mourão chegou a exortar os militares a reagirem. Acusado de incitar as Forças Armadas, o ex-vice-presidente de Bolsonaro, recuou. Uma manifestação vem sendo convocada pelo próprio Bolsonaro em São Paulo para o final de fevereiro. De acudados, os bolsonaristas estão procurando se reorganizar em sua defesa, tendo em vista as eleições municipais. A ultradireita se debilitou, e conta com o fracasso do governo de frente ampla de Lula para se recompor. A tentativa de golpe foi

um passo em falso. Imediatamente, não tem como realizar uma contraofensiva golpista. Sua reorganização depende em muito da continuidade da crise política, que não continua vigente. A enorme dependência do governo Lula das forças oligárquicas que controlam o Congresso Nacional, entre as quais o bolsonarismo continua influente, nas condições de permanência da crise econômica, é um sinal de que não se reverterá o longo período de decomposição política que se manifestou desde o esgotamento do regime militar.

A classe operária e a maioria oprimida sentiram na carne a política das contrarreformas de Temer e Bolsonaro. Seu descontentamento foi canalizado para a bandeira de Fora Bolsonaro e eleição de Lula. O PT, aliados partidários e a burocracia sindical continuam a determinar o comportamento político das massas. Certamente, a campanha em torno ao fracassado golpe de Estado e o palavreado sobre a defesa da democracia e da pacificação serve de máscara ao governo Lula que chegou à presidência fragilizado e condicionado pelas forças burguesas de direita e centro-direita.

Há que distinguir claramente a posição proletária de combate à ultradireita e ao golpismo da posição governista, petista e dos apanguados de esquerda. Não se pode obscurecer um só instante que a tarefa da situação não se concentra em conter o golpismo bolsonarista, mas defender as necessidades e interesses dos explorados diante do governo burguês de Lula.

As contrarreformas de Temer e Bolsonaro não apenas não foram desmanteladas como reforçadas com novas medidas de apoio do governo aos interesses de setores do grande capital. Não há in-

terrupção na linha geral de governabilidade quanto à proteção dos exploradores em detrimento da maioria explorada. O arcabouço fiscal, a reforma tributária, a reforma administrativa em andamento e o marco temporal que se acha na gaveta do STF são peças de um mesmo processo de contrarreformas antinacionais e antipopulares.

O assistencialismo do caricatural governo nacional-reformista somente continua pesando em favor da política de conciliação de classes, materializada pelo controle da burocracia nos sindicatos, porque houve um pequeno recuo na tendência de queda econômica e diminuição da taxa de desemprego. Mas, é provisório: a terceirização e a informalidade continuam avançando; o reajuste miserável do salário mínimo já foi carcomido pelo elevado custo de vida; o processo de redução da potencialidade da indústria na economia nacional continua em pé, a contradição entre a alta concentração de riqueza sob o controle de uma casta burguesa se potenciou, o peso da dívida pública se agiganta e o crescente parasitismo financeiro se choca com a necessidade de reativar as forças produtivas. Essa é a base material da permanência da crise política.

A bandeira do POR de organizar uma oposição revolucionária ao governo burguês de Lula, o combate à colaboração de classes e a luta por organizar a classe operária no terreno da independência política correspondem à situação objetiva da crise do capitalismo e à estratégia da revolução social.



NOSSA CLASSE
 Pela organização independente dos trabalhadores!
 Sob o programa da revolução proletária!

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário
Ano XX - Fevereiro de 2024
 (11) 95446-2020
 nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org
 @massas.por | anchor.fm/por-massas



Política Operária

Salário não é renda!

Nenhuma cobrança de imposto de renda sobre os salários!

A Reforma tributária irá reduzir os impostos para os patrões e manter a cobrança de imposto de renda sobre os salários

O governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin decretou o novo salário mínimo de R\$ 1.412,00, condenando a miséria mais de 35% dos trabalhadores que recebem um salário mínimo. Lula já deixou claro que não irá revogar a reforma trabalhista e a lei da terceirização, aprovada no governo Temer, nem a reforma da previdência aprovada por Bolsonaro, que ataca os direitos dos trabalhadores. A reforma tributária aprovada em dezembro de 2023 pelo governo, assim como o Arcabouço fFiscal (novo teto de gastos), têm como objetivo reduzir os impostos para os patrões e cortar verbas dos serviços essenciais para garantir o pagamento da dívida pública aos banqueiros e ao capital financeiro.

O Sindicato Metalúrgico do ABC, ligado a CUT, e demais centrais pelegas, nas eleições enganaram os trabalhadores dizendo que se votassem em Lula o salário iria melhorar, que haveria correção da tabela do imposto de renda, que haveria mais empregos e várias outras mentiras. Agora, no poder, Lula e seu ministro Haddad continuam cobrando imposto de renda dos trabalhadores que recebem dois salários mínimos e concedendo um reajuste miserável de R\$ 92,00 ao salário mínimo. Por outro lado, provando que representa os interesses da burguesia nacional e do imperialismo,

o governo Lula entregou R\$ 300 bilhões dos cofres públicos para a burguesia industrial; entregou R\$ 364 bilhões para a agroindústria; e pagou em apenas um ano quase R\$ 2 trilhões de juros da dívida pública ao capital financeiro parasitário.

Está aí por que a classe operária e demais explorados não podem ter nenhuma ilusão ou apoiar o governo Lula. A classe operária deve lutar de forma independente do governo e dos patrões. Defender seu programa próprio de reivindicações por meio da greve, da ação direta e coletiva. *Devemos exigir que os sindicatos e centrais sindicais rompam com o governo burguês de Lula e convoquem assembleias em todos os sindicatos, para aprovar um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios em defesa das seguintes reivindicações: Nenhuma cobrança de imposto de renda sobre os salários! Que todos os trabalhadores recebam um salário mínimo vital, calculado pelos próprios trabalhadores em suas assembleias e que seja suficiente para manter suas famílias. Emprego a todos, implantando a redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, e a escala móvel das horas de trabalho, que significa a divisão das horas necessárias para produzir nacionalmente, entre todos os trabalhadores apto ao trabalho.*

Volkswagen recebe bilhões do governo Lula, por outro lado, demite, terceiriza e reduz salários dos trabalhadores

O presidente Lula/PT, atual representante da burguesia no poder do Estado, foi no dia 2 de fevereiro visitar a fábrica da Volks em São Bernardo do Campo. A Volks e a indústria tem realmente muito a comemorar, porque o governo burguês de Lula, através do programa “Nova indústria Brasil” entregou R\$ 300 bilhões para o setor industrial. Em nota divulgada na CNNBrasil, outubro de 2023, a Volks declarou que teve lucro de 4,35 bilhões de euros (R\$ 22,89 bilhões) no terceiro trimestre de 2023, o dobro do ganho de 2,13 bilhões apurados em 2022.

Em 2002, trabalhavam na Volks mais de 24 mil operários efetivos. Atualmente, trabalham cerca de 8 mil trabalhadores efetivos. Em novembro do ano passado, a direção do sindicato negociou e empurrou goela abaixo dos trabalhadores um acordo que permitiu a Volks demitir trabalhadores com doença ocupacional, terceirizar setores da fábrica, reduzir o salário para novos contratados e outros ataques. Atualmente, o salário dos trabalhadores efetivos do grau 6, que são a maioria na produção, é de R\$ 6.830,23. Com o acordo aprovado em novembro pelo sindicato, o salário para novos contratados será de apenas R\$ 2.235,00. Isso é suficiente para se ter uma ideia da redução de custos e do lucro que obteve a Volks com a ajuda da direção do sindicato.

O dirigente traidor, Wellington Damasceno, afirmou “que o sucesso da Volks, seja o sucesso dos trabalhadores e trabalha-

doras”. Esse sem vergonha, vendido aos patrões, esconde que a Volks está demitindo vários trabalhadores com doença adquirida no trabalho, por justa-causa e eles nada fazem. Esconde também que a Volks demitiu os companheiros José Paranes e Eduardo Marques, ambos com doença ocupacional, e por serem críticos dos acordos de demissão, redução de salários e direitos.

Como podemos ver os operários nada têm a comemorar. Os novos investimentos não significam a criação de novos postos de trabalho e melhores salários. Ao contrário, os patrões com a ajuda do governo e dos pelegos do sindicato estão demitindo, terceirizando, reduzindo salários e direitos. Para defender os empregos, salários e direitos, os trabalhadores da Volks e demais metalúrgicos do ABC e do país devem se organizar em cada fábrica, construir uma oposição de luta, democrática, independente dos patrões e do governo.

O Boletim Nossa Classe denuncia a direção do sindicato, que se submeteu ao governo Lula e às multinacionais. Chama os operários a combaterem as demissões, levantando a bandeira da redução da jornada de trabalho, sem redução de salários. Defende o fim da terceirização e a efetivação de todos os terceirizados. E trabalha para construir uma direção classista e revolucionária para o sindicato.

Toyota fechou definitivamente suas portas! Burocracia dos Metalúrgicos do ABC colaborou com mais um fechamento de fábrica!

A montadora, que inaugurou sua primeira fábrica fora do Japão em São Bernardo do Campo, encerrou a produção na região, concentrando nas fábricas do interior paulista, Indaiatuba, Sorocaba e Porto Feliz. Foi aos poucos desativando as atividades da fábrica no ABC, para concluir no final do ano de 2023. As justificativas dos capitalistas são sempre as mesmas: “eficiência operacional e projeções econômicas”. Na realidade, procuraram regiões onde conseguem mais isenções, o custo da mão-de-obra é mais baixo e a produtividade poderá alcançar níveis mais altos com o aumento da superexploração do trabalho.

Desgraçadamente, mais uma montadora fecha sua fábrica no

ABC sem que haja uma luta por parte do Sindicato Metalúrgico, dirigido pelo PT. Ao contrário, com o consentimento da direção sindical, a Toyota foi encerrando a produção.

O Boletim Nossa Classe vem denunciando a política traidora da direção sindical. Em vez de lutar pela permanência da fábrica e dos empregos, por meio da estatização sob o controle operário, a direção sindical protege os lucros da montadora em detrimento dos empregos dos operários. A tarefa da vanguarda com consciência de classe está na organização de uma oposição classista e de luta, para expulsar essa burocracia sindical traidora e recuperar os sindicatos para a defesa dos interesses da classe operária.

Mercedes

Efetivação de todos os trabalhadores terceirizados! Denúncia dos trabalhadores terceirizados

No dia 5 de fevereiro, militantes do POR fizeram a entrega do Boletim Nossa Classe na fábrica da Mercedes em São Bernardo do Campo. Durante a entrega, um operário fez a denúncia de que a empresa terceirizada TKS, que ganhou a licitação de outra empresa terceira, irá reduzir os salários dos trabalhadores de R\$ 2.700,00 para R\$ 2.000,00. Segundo o operário, o Sindicato Metalúrgico nada fez para combater o ataque do patrão ao salário dos trabalhadores. A direção pelega dos metalúrgicos, em lugar de organizar a luta contra a terceirização e a redução de salários defendeu a empresa terceira e a redução de salários dizendo “é melhor aceitar a redução de salário e garantir o emprego”.

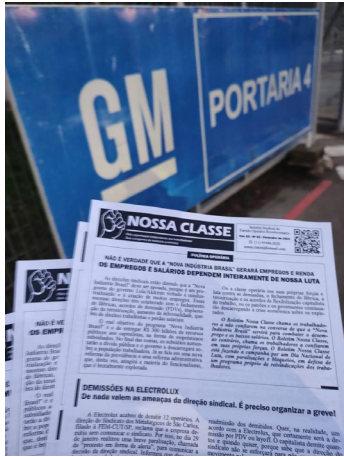
Companheiros, aos trabalhadores só existe um caminho: expulsar esses dirigentes traidores do sindicato. Os trabalhadores terceirizados na Mercedes, na Volkswagen, GM e demais empresas devem se organizar no chão de fábrica, de forma clandestina, com cuidado para não serem identificados pelo patrão, nem pela pelegada do sindicato, que perseguem os operários que procuram organizar a luta contra o ataque dos patrões. Com uma comissão de fábrica de luta, classista e revolucionária dos trabalhadores terceirizados, organizados em cada fábrica, será possível organizar a luta unificada dos terceirizados, contratados e efetivos, em defesa da efetivação de todos os terceirizados.

CONTINUA →

O Boletim Nossa Classe trabalha pela unidade dos operários efetivos, contratados e terceirizados. A divisão favorece o patronato. A nossa força está na nossa unidade na luta. Rechaça a

redução salarial. Levanta a bandeira de trabalho igual, salário igual. E luta pelo salário mínimo vital, necessário para manter os trabalhadores e suas famílias.

Distribuição do Nossa Classe na General Motors de São José dos Campos

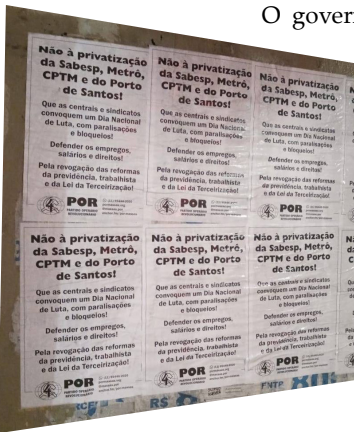


No dia 5 de fevereiro, militantes do Partido Operário Revolucionário estiveram na GM de São José dos Campos entregando o Boletim Nossa Classe. Durante a entrega, um operário que recebeu o Boletim perguntou o que estávamos defendendo. Respondemos que estávamos fazendo uma campanha contra as demissões, que estão acontecendo na GM de São José dos Campos, de São Caetano do Sul e Mogi, na Rosenberger Domex em Caçapava e na Eletrolux de

São Carlos. O companheiro completou dizendo: é verdade, aqui na GM foram muitas demissões. O militante do POR aproveitou para dizer que a greve de 17 dias contra as demissões, que aconteceu nas três unidades da GM, deveria ter tido como proposta da direção do sindicato para garantir os empregos, a redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, como única forma de garantir os empregos e salários. Porém, a direção do sindicato fez o contrário. Depois de 17 dias de greve, negociou um acordo que permitiu a GM demitir, por meio de PDI mais de 1200 operários.

O Boletim Nossa Classe está chamando os operários a exigirem que o sindicato convoque uma assembleia geral dos metalúrgicos de São José e região, para unificar a luta, combater as demissões e defender os empregos, salários e direitos. Levanta a bandeira: Emprego não se negocia! Se defende com a greve, com a ocupação das fábricas, implantando a redução da jornada de trabalho, sem redução de salários e o controle operário da produção.

Não à privatização da Sabesp, Metrô e da CPTM!



O governador ultradireitista Tarcísio de Freitas usa a repressão para impor seu plano privatista. Todos os dias, nos meios de comunicações, vemos e escutamos os políticos da burguesia, de direita e de "esquerda", os dirigentes sindicais pelegos e das centrais discursarem em favor da democracia. Porém, a farsa de que vivemos em uma democracia cai rapidamente quando à classe operária e demais explorados saem em luta (por meio das greves, das mani-

festações, da ação direta) contra as demissões; em defesa dos empregos; por aumento de salários e direitos; contra as privatizações; contra o aumento do preço das tarifas de transporte etc. e são reprimidos. Foi o que fez o governador Tarcísio

de Freitas, demitindo metroviários e prendendo manifestantes que lutavam contra a privatização da Sabesp. Essa é a "democracia" no capitalismo. Os governos estaduais, corruptos, com a ajuda do governo burguês de Lula, através do financiamento do BNDES, estão privatizando a água, os transportes, os presídios, a saúde pública, a educação etc. Quando os trabalhadores e a população pobre vão a luta contra a privatização e o aumento das tarifas são acusados de "formação de quadrilha" e processados por "associação criminosa". A democracia burguesa significa a ditadura de classe da burguesia (patrões), contra a maioria explorada!

O Boletim Nossa Classe continua com a campanha contra as privatizações. Defende que as direções sindicais convoquem as assembleias para retomar as greves unitárias, que ocorreram em outubro e novembro. Faz a campanha que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhista e contra os planos de privatização de Tarcísio e Lula.

Quatro meses de guerra na Faixa de Gaza

O Boletim Nossa Classe vem fazendo a campanha pelo fim do genocídio do povo palestino. São quase 30 mil palestinos mortos, a maioria de crianças e mulheres. Luta por: Fora as For-

ças de Defesa de Israel da Faixa de Gaza! Pelo fim imediato de todo cerco montado pela burguesia sionista ao povo palestino.

O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Natal/RN

Trabalhadores terceirizados forçaram o sindicato a assumir a paralisação

Neste mês, assim como em outros meses, a empresa D&L atrasou novamente o pagamento dos salários de janeiro. Na quinta-feira (08/02), os trabalhadores do Canteiro (manutenção) da UFRN, em mais uma demonstração de disposição de luta, paralisaram novamente suas atividades, até que os salários sejam pagos, mesmo sabendo que levariam falta e teriam seus dias parados descontados.

Sabe-se que nas paralisações em decorrência de atraso de salários não pode haver descontos. No entanto, os trabalhadores do Canteiro têm sofrido com a ausência de uma representação sindical para formalizar as paralisações. O SINTRACOMP, sindicato da construção civil, abandonou trabalhadores, chegando a dizer para um trabalhador que “se precisarem de nós, não nos chame”. O SINTRAMEM, que assumiu a greve de cinco dias em agosto de 2023 pelo salários atrasados e retroativo, se retirou do canteiro, alegando uma decisão judicial que no final do ano passado determinou as áreas de abrangência dos vários sindicatos da construção civil, de modo que o sindicato que abrangeria os trabalhadores do Canteiro seria o SINTRACOMP.

Na quinta-feira (08), reunidos em assembleia, após a decisão por paralisar, como proposta da Corrente Proletária na Educação (CPE/POR), os mais de 100 trabalhadores decidiram marchar até a Superintendência Regional do Trabalho (Ministério do Trabalho), para pressionar o órgão por uma solução do problema da representatividade e, como consequência, a formalização da paralisação. Ao chegarem no Ministério do Trabalho, o Superintendente Regional do Trabalho, convocou “em caráter de urgência” a presença de representantes do SINTRACOMP, que meia hora depois compareceram em quatro dirigentes. Na reunião, que ocorreu entre o Superintendente, os dirigentes sindical, o Comitê em Defesa dos Terceirizados (CPE/POR, Faísca/MRT, mandato de Robério/PSOL) e uma comissão de seis trabalhadores, ficou acordado que o SINTRACOMP assumiria a paralisação até o pagamento dos salários, e que de agora em diante passaria a comparecer no Canteiro, quando convocado pelos trabalhadores.

A pressão realizada no Ministério do Trabalho forçou que o Superintendente buscasse uma solução. A vinda dos dirigentes do SINTRACOMP foi uma conquista da ação direta da categoria, e



não por “boa vontade” dos dirigentes. O método da ação direta expressou o espírito de luta dos trabalhadores, que paralisariam suas atividades, independentemente de ter o dia descontado ou não. A vinda dos burocratas, atendendo a convocação do Superintendente, mostra a subserviência dos dirigentes sindicais ao Ministério do Trabalho, expressão do grau de estatização em que se encontram os sindicatos. O restabelecimento do laço sindical entre os trabalhadores e o SINTRACOMP (enquanto entidade sindical) não significa que os trabalhadores deram carta branca aos burocratas. Ao contrário, a exigência da presença do sindicato significa a importância do organismo de defesa dos trabalhadores, que é o sindicato. No entanto, o sindicato está sob o controle de uma burocracia, que assim que encerrou a reunião com o Ministério do Trabalho, um dirigente do SINTRACOMP orientou os trabalhadores a ficarem em casa no dia seguinte. Como se vê, o movimento colocou a tarefa de expulsar os burocratas do sindicato e constituir uma nova direção classista e de luta.

Já no retorno ao Canteiro de Obras, antes que os trabalhadores fossem embora, as correntes que intervêm no Comitê reuniram os trabalhadores, que aprovaram a proposta de virem no dia seguinte, para unificar com o movimento das trabalhadoras terceirizadas da limpeza, que também estavam com seus salários atrasados.

Trabalhadores terceirizados da UFRN fazem paralisação unificada e conquistam pagamento dos salários atrasados

No início deste mês, as empresas CRIAT e D&L, que pertencem à mesma proprietária, atrasaram novamente os salários dos trabalhadores da limpeza e do Canteiro. O SINDLIMP, sob pressão dos trabalhadores da limpeza (em sua grande maioria mulheres), convocaram assembleia para o dia 9 de fevereiro. O Comitê em Defesa dos Terceirizados da UFRN passou a realizar a mobilização dos trabalhadores, com a organização de grupos de mobilização na entrada do campus, para convocar para a assembleia.

No Canteiro de Obras, paralisado desde o dia anterior, compareceu uma parcela significativa dos trabalhadores, apesar de alguns terem ficado em casa em virtude da orientação do dirigente do SINTRACOMP de ficar em casa e da pressão econômica (sem salário, fazendo bicos). Às 7h, os trabalhadores se concentraram e saíram em caminhada até o Centro de Convivência, para unificar com os demais trabalhadores.

No Centro de Convivência, mais de 150 trabalhadores, entre trabalhadores do Canteiro e limpeza, unificaram a luta. Saíram em caminhada em direção à Reitoria, entoando palavras de ordem. Foi a maior manifestação realizada pelos trabalhadores terceirizados da UFRN, e a primeira vez que ocorre de forma unificada.

O SINDLIMP, em assembleia no pátio da Reitoria, aprovou a paralisação, e em seguida propôs que todos fossem para casa. No entanto, os trabalhadores resistiram, pois queriam uma resposta da Reitoria sobre o problema. Em reunião com a Pró-Reitora de Administração, esta informou que a empresa estaria depositando os salários até o final da tarde.

Após a reunião, restabeleceu-se a assembleia, os trabalhadores ratificaram a paralisação, decidiram finalizar a manifestação, irem para casa e continuar o movimento na quinta-feira (pós-carnaval), caso o salário não seja pago. À tarde, o salário caiu na conta dos trabalhadores do Canteiro e da limpeza.

A paralisação unificada do Canteiro e limpeza foi uma importante demonstração de força, responsabilizando não só a empresa, mas também a Reitoria da UFRN pela situação caótica na vida desses trabalhadores. Apesar de ainda se restringir a uma reivindicação limitada (pagamento dos salários atrasados), a unificação da luta dos terceirizados e suas lutas nos meses anteriores têm trazido um enorme aprendizado do ponto de vista organizativo e avanços em sua consciência sindical.

A luta dos trabalhadores terceirizados da UFRN, no entanto, assim como outras que estão ocorrendo, permanece como uma luta isolada. Para romper esse isolamento e ampliar as reivindicações, faz-se necessário que as centrais, sindicatos e movimentos confluem essas lutas em uma luta nacional unificada, que levante uma plataforma de reivindicações própria, que inclua, dentre outras, a efetivação imediata de todos os terceirizados, o salário mínimo vital, o reajuste automático de acordo com a inflação, a redução da jornada sem redução de salários e a luta contra as privatizações.

Pernambuco

Organizar a luta contra o aumento da tarifa do transporte coletivo no Recife e região metropolitana

O governo Raquel Lyra convocou a reunião do Conselho Superior de Transporte Metropolitano (CSTM) para sexta-feira, 10 de fevereiro, dia seguinte à abertura oficial do carnaval no Recife. A pauta foi mantida em sigilo, mas o objetivo é de conhecimento de todos: aumentar a tarifa. Dois conselheiros, representantes dos usuários, questionaram a legalidade da reunião e solicitaram o adiamento da reunião para a sexta seguinte. O governo recuou momentaneamente.

O CSTM não é um órgão de controle coletivo dos trabalhadores, pelo contrário, é subordinado aos capitalistas e seu governo. Durante 2023 inteiro, nem mesmo se reuniu para responder as demandas dos representantes dos usuários, como a climatização dos ônibus, que são verdadeiros fornos, mesmo quando têm ar condicionado; e muito menos para dar resposta à redução da frota dos ônibus, que aumenta a superlotação ao mesmo tempo em que leva a sobrecarga e demissões para os rodoviários. Mesmo em relação aos representantes dos usuários, não há nenhum controle coletivo e a condição de conselheiro se transforma em trampolim eleitoral. É preciso opor à farsa do conselho a defesa do controle operário coletivo do transporte público, são os rodoviários e os usuários que sabem fazer o sistema funcionar e que sabem das necessidades de linhas e trajetos. Os empresários nada fazem, apenas enriquecem às custas da exploração dos rodoviários e sofrimento dos trabalhadores usuários. Por isso, defendemos a estatização do transporte coletivo, sem indenização. As empresas lucram de todas as formas, explorando os rodoviários, extorquindo os usuários e ainda com subsídios do governo. Recebem R\$300 milhões por ano e, com a pandemia, ganharam um acréscimo de R\$20 milhões por mês. Ainda assim, alegando prejuízos, a empresa, em plena pandemia demitiu milhares de cobradores e impôs a dupla função. Como se isso fosse pouco, ainda retirou cerca de 200 ônibus de circulação. Não podemos aceitar o fim dos cobradores, a dupla função (motorista e cobrador) e a redução da frota. Retomar a luta pela readmissão dos cobradores e 100% da frota. Chega de sufoco.

A luta contra o aumento da tarifa precisa estar ligada à luta pelos empregos e salários. Mais da metade da população de Pernambuco vive abaixo da linha da pobreza. Os salários e renda mal

dão para a compra de alimentos, a fome é uma realidade de muitos lares. Assim como a moradia precária. Por isso, quando questionamos o aumento da tarifa, por outro lado denunciamos o quanto o salário mínimo fixado é um salário de fome. É necessária uma luta geral do movimento sindical e da juventude em defesa do salário mínimo vital, com valor suficiente para atender as necessidades de uma família trabalhadora. Na ausência de cálculos das assembleias de trabalhadores, devemos exigir que nenhum trabalhadores receba menos do que o salário calculado pelo DIEESE (R\$ 6.723,41).

O Passe Livre no Recife e Região Metropolitana é muito restrito. Só atinge estudantes da rede estadual e cotistas da Universidade de Pernambuco (UPE). Os demais estudantes pagam meia passagem. É preciso erguer a luta em cada escola e universidade, em cada bairro, em defesa do passe livre estudantil para todos. O transporte é parte do direito à educação, ao lazer e à cultura para a juventude. Exijamos também o passe livre para desempregados.

Outro ponto que deve ser conectado é a luta contra a privatização do metrô. O governo federal pretende estadualizar e depois privatizar. Sucateia e estrangula o orçamento preparando o terreno para entregar à exploração privada. Temos de lutar incansavelmente contra a privatização, pelo financiamento do metrô para seu funcionamento pleno e garantia do controle operário coletivo.

Se depender dos representantes dos usuários no CSTM o caminho de resposta ao aumento será a judicialização e a cobrança de que seja feito com “transparência” e prazos corretos. O movimento, porém, precisa recusar esse beco sem saída das medidas jurídico parlamentares. É preciso retomar os métodos da ação direta, mobilizar as massas estudantis, ganhar adesão dos trabalhadores para derrotar o plano de aumentar a tarifa. O último aumento, em 2022 fez a tarifa chegar a R\$4,10, valor altíssimo, considerando a condição de miséria e pobreza da imensa parte da população recifense.

Reforçamos o chamado do Movimento Passe Livre – Grande Recife para a reunião na sexta, dia 16/02, às 19h, na UESPE. As frentes e comitês criados anteriormente deixaram, há muito tempo, de ter um funcionamento coletivo. É preciso criar um novo comitê de lutas, capaz de coordenar a ação unitária.



Ceará

Burocracia do SINDIUTE (PT) enterra a greve dos professores municipais após prefeito oferecer migalhas

A greve dos professores municipais de Fortaleza teve início no dia 26/01 como resposta à Prefeitura por não apresentar contraproposta à pauta de reivindicações da categoria e postergar o agendamento da audiência de negociação.

A adesão da categoria foi ampla e a maioria esmagadora das escolas paralisou suas atividades, impedindo o início do ano letivo. As assembleias massivas na ETI Figueiras Lima refletiam a disposição de luta do magistério pelo reajuste dos 10,09% e demais pontos da pauta. A direção do Sindiute (Articulação/PT), como de costume, manobrou desde o início com sua demagogia de que se fosse preciso realizariam greve “o ano inteiro”. Contudo, mal foi recebida, pessoalmente por Sarto/PDT, começou a trabalhar pelo fim da paralisação.

Na audiência do dia 02/02, a prefeitura ofereceu as seguintes migalhas: a) reposição da inflação dividida em 2 vezes: 3,62% em fevereiro (com retroativo a janeiro) e 1% em junho (sem retroativo); b) reajuste de R\$ 1,50 no Vale-Alimentação (ADI). As demais reivindicações (CLT para os professores substitutos, fim do confisco de 14% dos aposentados, direito de anuênio/licença prêmio aos novos concursados etc.) foram ignoradas. Para alcançar os 10,09% de reajuste, a prefeitura recorreu à manobra de dissolver parte da gratificação da regência de classe (5,5% dos 20% que é seu total) no vencimento base (VB). A direção colaboracionista do Sindiute, que é pela incorporação completa da gratificação no VB, tratou de convencer a base das maravilhas desta concessão de Sarto com a aplicação futura dos anuênios, o que provocou o ódio dos novos concursados que estão privados de alguns direitos dos veteranos.



Na assembleia do dia 07/02, a burocracia defendeu, abertamente, o fim da greve, derrotando as correntes de oposição, com 70% dos votos contra 30%. O saldo é que a categoria sequer conquistou a reposição da inflação (4,62%) com retroativo, assim como nenhum dos outros pontos da pauta. A direção colaboracionista do Sindiute defendeu a suspensão da greve, prometendo que os demais pontos seriam convertidos, com a iniciativa dos vereadores de oposição, em projetos de lei a serem discutidos no Câmara Municipal.

Na prática, substituiu a luta direta da categoria por suas reivindicações pela pressão parlamentar inócua (dando, de quebra, impulso às candidaturas da esquerda eleitoreira). A direção pelega e antidemocrática, como de costume, apoiou-se no atraso da categoria para impor falas de avaliação de apenas 1 minuto, enquanto abusa do tempo de fala durante seus informes.

A Corrente Proletária na Educação/POR interveio durante toda a greve com boletins, jornais, bandeiras e defendendo nas assembleias a unidade na luta com os demais servidores e a necessidade de manter a greve para arrancar as reivindicações sem confiar na pressão parlamentar.

Uma parcela cada vez maior da categoria tem percebido as manobras da direção. As greves encerradas com os golpes traiçoeiros da direção, têm também despertado a necessidade de unidade das oposições. Tal é a tarefa mais imediata nesse momento. A CPE/POR trabalha pela unidade da vanguarda combativa e pela necessidade de construir uma nova direção, classista e revolucionária para a direção de nosso sindicato.

Rondônia

A rede municipal de ensino inicia o ano letivo com os problemas de sempre

Organizar a luta para conquistar as reivindicações

O ano letivo iniciou em Porto Velho no dia 7 de fevereiro com os velhos problemas: falta de professores, funcionários e materiais básicos para o funcionamento das escolas. Soma-se a isso, a sobrecarga de trabalho dos professores, que são também obrigados a atender alunos com necessidades especiais. Alunos que precisam de cuidadores e professores auxiliares.

Há algum tempo, os prefeitos criaram um sistema de horas extras. Os profissionais que atendem em horas extras, trabalham o ano inteiro no turno oposto ao seu contrato efetivo, sem nenhum vínculo empregatício e exercem a mesma função. Como o salário é baixo, acabam se submetendo às horas-extras.

Com o aumento da superexploração do trabalho e o sucateamento das escolas, vem crescendo o número de professores com problemas de saúde e recorrendo à readaptação, afastados de suas funções.

Em 2019, foi realizado um concurso, para suprir diversas vagas no setor de educação. O prefeito convocou uma parcela dos aprovados e o prazo de convocação foi expirado sem que os demais aprovados fossem chamados.

Mesmo com todos esses problemas escancarados, o prefeito direitista Hildon Chaves, do União Brasil, e sua esposa, que é deputada estadual também pelo União Brasil, juntamente com a Secretária da Educação, armaram uma teatralização em uma das escolas, para iniciar o ano letivo. Na ocasião, o prefeito disse que quando iniciou seu governo, em 2027, apenas 30% dos alunos estavam alfabetizados na “Idade Certa” e que agora saltaram para 95%. Demagogicamente, como todo politiquieiro, completou que isso se deve aos profissionais da educação.

Lamentavelmente, a direção do Sintero e os professores presentes não aproveitaram para denunciar o prefeito pelo descaso da

educação. Que sequer cumpriu o Piso Nacional dos professores, de acordo com lei no ano de 2023 e que se comprometeu em pagar em janeiro de 2024, mas que até o momento não havia pago.

A Corrente Proletária exige que a direção do sindicato rompa com as “mesas de negociação”, que não passam de enrolação. Que convoquem imediatamente uma assembleia, amplamente divul-

gada desde as escolas, para aprovar o caminho para conquistar as reivindicações, entre elas o pagamento integral do Piso Nacional. Ao mesmo tempo, denuncia o evento hipócrita e politiquês promovido pelo prefeito. E defende a independência do sindicato diante do governo. O ano letivo deveria começar com a greve e não servindo à demagogia do prefeito.

São Paulo - Nota do Boletim Corrente Proletária na Educação

A Conae não passou de uma farsa voltada à defesa da política educacional do governo burguês de Lula

Aconteceu, entre os dias 28 e 30 de janeiro, na UnB (Universidade Federal de Brasília), a Etapa Nacional (precedida pelas etapas municipais, intermunicipais, distrital e estaduais) da Conferência Nacional de Educação (Conae). Formalmente, o encontro foi concebido de acordo com o objetivo de formular um documento orientador para o novo Plano Nacional da Educação (que deverá cobrir o decênio até 2034), tendo em vista que o atual encerra seu ciclo agora, em 2024. Do ponto de vista político, por seu conteúdo, a Conae foi erguida para fazer propaganda da política educacional do governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin, mais especificamente, para apresentar um balanço da gestão de Camilo Santana/PT. Em outras palavras, serviu para reforçar a demagogia reformista em relação à Educação. Fez parte disso o enaltecimento do Fórum Nacional da Educação (FNE), entidade responsável por organizar a Conae – vale lembrar que o FNE foi recomposto por Lula em março deste ano, pois havia sido desmontado durante o governo Temer. A ideia era apresentar o novo PNE como resultado da “participação democrática da sociedade civil organizada”, colocando uma máscara em cima de uma política educacional ditada pelos organismos do imperialismo, como a Unesco, e pelos capitalistas da educação.

Dentre as principais propostas elaboradas pela Conae, é importante mencionar algumas: em primeiro plano, compareceu o debate acerca do Novo Ensino Médio (NEM). O formato instituído pela Lei 13.415/2017, uma das primeiras medidas firmadas pelo governo de ditadura civil de Temer, logo após o golpe de Estado de 2016, está baseado nos chamados “itinerários formativos”, e tem sido alvo de críticas e de protestos por parte de estudantes e da sociedade em geral, primeiro obstáculo enfrentado pela gestão do petista Santana. A bandeira que tem guiado esse descontentamento é a da revogação integral do NEM, tendo emergido inclusive de setores da base do governo, em entidades e sindicatos da órbita do petismo, a exemplo da Apeoesp, expressando uma enorme pressão vinda das bases. A consigna foi aprovada na Conae, porém, com um adendo, o qual constitui uma manobra que subverte o seu sentido original: a revogação do NEM comparece condicionada à sua substituição por um “novo modelo”, materializado nos PLs que tramitam no Congresso (PL 2601/2023 e PL 5230/2023). Dessa forma, a bandeira que tem expressado um amplo rechaço à falência geral do ensino acaba se convertendo em instrumento da manutenção da essência do NEM, que é privatista e de precarização da Educação. Isso, porque os referidos PLs modificam apenas aspectos secundários do NEM, especialmente os odiados “itinerários formativos”.

Prova disso é que a Conae aprovou bandeiras como “Educação de tempo integral, de sete horas diárias, para pelo menos 50% dos estudantes”, e “Padrões de qualidade para a educação a distância”. Ora, as escolas de tempo integral que existem não passam de um mecanismo de confinamento da juventude, que está sendo obrigada a permanecer mais horas dentro da mesma escola falida de sempre – isso quando pode permanecer estudando, visto que

o aluno-trabalhador está presenciando uma massiva onda de fechamento dos cursos noturnos, justamente devido à implantação do Integral – fator que, diga-se de passagem, também tem atingido duramente os professores, com a diminuição de postos de trabalho, como o comprova o processo de atribuição de aulas na capital paulista, que se transformou em um verdadeiro pesadelo para milhares de trabalhadores, lançados ao desemprego. Quanto ao ensino a distância (EaD), cabe dizer que se trata de uma excrescência do capitalismo, que só serve aos interesses dos empresários da Educação, apesar de ter sido amplamente rejeitado após a experiência levado a cabo no período pandêmico. O EaD atende aos objetivos do capital financeiro de corte de gastos com a Educação, ao mesmo tempo que impulsiona a privatização do ensino através das plataformas e demais parafernâlias oferecidas pelas grandes corporações, trazendo como consequência a destruição do caráter coletivo da Educação, dado que os jovens permanecem atomizados em suas residências – elemento que incide sobre a organização do movimento estudantil. O EaD aprofunda a separação, imposta pelo capitalismo, entre a teoria e a prática, entre o pensar e o fazer, entre o trabalho intelectual e o manual, enfim, entre o sujeito (nós) e o objeto do conhecimento (a realidade).

A Conae aprovou também resoluções como a “revogação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)”, preconizando a sua substituição por um “novo projeto curricular a ser construído” (isto é, contendo as migalhas sugeridas pelas burocracias sindicais), além da “revogação da Base Nacional Curricular – Formação” (que aborda a formação de professores), que deve ser substituída, segundo o documento, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para as licenciaturas. Em ambos os casos, o que se pretende não é atacar a raiz dos problemas da Educação, mas apenas reverter aspectos aprovados durante os governos de Temer e Bolsonaro, preservando não só o domínio do capital privado, como toda a linha traçada desde cima, pelos órgãos do imperialismo. Por sinal, o tema da interferência dos grandes conglomerados privados se fez presente na Conae, com destaque para a palavra de ordem “Fora Lemann”, uma referência ao capitalista multimilionário Jorge Paulo Lemann, que tem influenciado fortemente a política educacional do governo Lula. Esta bandeira foi agitada pela burocracia sindical como maneira de afirmar uma suposta independência diante do governo, como se este estivesse “em disputa”, caracterização fraudulenta, que acoberta o fato de o Ministério da Educação, mesmo com um petista no comando, não passar de um braço do Estado burguês, portanto, não podendo deixar de refletir os interesses de classe dos capitalistas contra os interesses dos oprimidos.

A questão das verbas não podia deixar de comparecer na Conae, a exemplo das consignas de “implantação efetiva do custo aluno-qualidade” e “investimento de 10% do PIB em Educação”. São bandeiras que sintetizam bem o caráter demagógico do programa de conciliação de classes das burocracias sindicais. Isso porque é evidente a necessidade de aplicação de mais recursos, já que a maioria absoluta dos professores ganha uma miséria e as escolas

estão caindo aos pedaços. Acontece que, em primeiro lugar, a natureza da crise da Educação é mais profunda, com raízes no próprio modo de produção. A decomposição do ensino é um reflexo da crise estrutural do capitalismo. O fenômeno da superprodução impõe a impossibilidade de um entroncamento entre a ciência e a produção social, sob a pena de impulsionar a quebra econômica. Em segundo lugar, a disputa por fatias do orçamento interessa também ao ensino privado, que parasita as verbas públicas. Vale lembrar que as burocracias sindicais, a ampla maioria ligada ao PT, não defendem o fim do ensino privado, com a estatização, sob controle dos que estudam e trabalham – bandeira defendida pela Corrente Proletária na Educação/POR. As burocracias defendem tão somente a “regulamentação” do ensino privado, como se a coexistência entre os sistemas público e privado pudesse ser “pacífica”. Na verdade, a Educação, tornando-se mercadoria, fica submetida às leis de funcionamento do capitalismo, o que implica o seu caráter expansionista – em outras palavras, para continuar existindo, o ensino privado precisa crescer em detrimento do público. Daí a enorme importância, ao lado da estatização, da bandeira de defesa de um sistema único de ensino público, gratuito, laico, para todos e em todos os níveis, e sob controle de estudantes e trabalhadores.

Como se vê, a Conae serviu unicamente para referendar a política do governo, que é de reforço da precarização da Educação,

com o aval das burocracias sindicais dirigidas pelo reformismo petista. A expectativa é de que o documento elaborado pela Conae sirva de base para o projeto do novo PNE, que, por sua vez, terá de ser apreciado pelo Congresso Nacional. O próprio presidente Lula, em discurso durante a Conae, chamou a atenção para o fato de o governo não ter maioria nem na Câmara, nem no Senado – ou seja, o texto final ficará subordinado aos interesses da composição reacionária do Parlamento. As palavras de Lula são a reprodução da velha politicagem burguesa de pedir respeito às decisões da minoria parasitária, que é a burguesia, mas que no Parlamento é maioria.

O POR rechaça esse teatro da Conae, que mostra abertamente a política de conciliação de classes. Os explorados devem rejeitar essa farsa montada pelo governo, sustentada pelas burocracias sindicais governistas, e devem trilhar o caminho oposto, de independência de classe, o que exige partir das reivindicações mais sentidas dos estudantes e trabalhadores, dando resposta à cada manifestação particular da decomposição do ensino, unificando os oprimidos regional e nacionalmente, fazendo a ligação entre essa luta e o combate mais amplo em favor das bandeiras estratégicas da classe operária, que correspondem à necessidade de impedir o avanço da barbárie capitalista com o programa da revolução e do socialismo.

O enorme peso que carrega a juventude pobre

Nossa campanha em defesa da juventude

Dados estarrlecadores mostram o quanto a juventude vem sendo golpeada pela crise econômica e pelas contrarreformas dos governos. Citamos apenas três:

1) Os jovens entre 18 e 24 anos arcam com uma taxa 8,3 pontos percentuais superior à média nacional de desemprego, e os adolescentes, 22,5 pontos maior. Apesar da taxa de desemprego ter caído para 7,8%, considerada a mais baixa desde 2014, para a juventude o desemprego não dá sinais de queda;

2) 1,9 milhão de adolescentes entre 15 e 17 anos está fora do Ensino Médio. Se se levar em conta o número de jovens de 14 a 24 anos que nem estudam, nem trabalham, a soma chega a 7,1 milhões;

3) Entre os jovens empregados, cerca de 80% trabalham como vendedores por telefone, operários da construção, entregadores, ajudantes de cozinha e vendedores ambulantes. Parte significativa, se encontra na informalidade ou no subemprego (trabalho intermitente, temporário) imposto pela reforma trabalhista de Temer.

Essa trágica situação ocorre quando os jovens se encontram em uma fase da vida em que as potencialidades físicas e mentais têm tudo para se desenvolver. No entanto, essa capacidade da juventude vem sendo esmagada pela superexploração. Não por acaso, parte da juventude é desviada para a marginalidade e sendo presa fácil da ação repressiva do Estado, encarcerada ou assassinada. Como a maioria da população brasileira pobre é preta, a juventude preta é a que arca com o desemprego, subemprego e com o alijamento das escolas.

O governo Lula, como todo governo que se propõe a administrar o Estado burguês, não pode resolver o desemprego e subemprego dos jovens. Nem mesmo evitar a evasão escolar. Isso porque está a serviço dos interesses do capital, que exigem a manutenção das contrarreformas, entre elas a do “Novo Ensino Médio” imposta por Temer. No entanto, está obrigado a impor, diante das altas taxas de evasão no ensino médio, alguma medida para que a juventude conclua o ensino médio. Assim, Lula criou o “Programa Pé de Meia”. Trata-se de uma política assistencialista. Dá para cada ano uma parcela de R\$ 200 pela matrícula, mais 9 parcelas também de

R\$ 200, desde que obtida a frequência mínima de 80% das horas letivas, além de R\$ 1.000 pela conclusão/aprovação no ano. O estudante que comprovar a participação no ENEM receberá mais R\$ 200. O “Pé de Meia” de Lula não será para todos os jovens pobres, mas aos jovens de famílias inscritas no Bolsa Família (deve-se realizar o Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico) e que tenham um CPF (Cadastro de Pessoas Físicas). Ainda mais, serão obrigados a participar do Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica). Como o nome já diz, o “Pé de Meia” já nasceu manco, não resolverá a dura situação da juventude pobre, como o Bolsa Família não soluciona a fome de milhões de famílias brasileiras. Os capitalistas não se opõem ao “Pé de Meia” de Lula, mas se opõem que Lula revoque as contrarreformas de Temer e Bolsonaro, que golpeiam a juventude que necessita trabalhar e estudar.

Está aí um exemplo que mostra que nenhum governo burguês poderá proteger a maioria da juventude, que é pobre e preta. A tarefa democrática de acesso e permanência na escola, garantia de emprego e condições de trabalho para esse enorme contingente de jovens passou a fazer parte do programa da classe operária, que tem como estratégia a derrocada do capitalismo por meio da revolução social.

A Corrente Proletária denuncia todas as medidas assistencialistas dos governos, que alimentam a ilusão de que é possível combater a evasão escolar e retirar a juventude do trabalho semiescravo, como o “Programa Pé de Meia”. Denuncia a política das direções sindicais e estudantis que submete a juventude ao beco sem saída ao aceitar as migalhas assistenciais dos governantes. Defende a organização dos jovens para responder com luta ao desemprego, ao subemprego, às contrarreformas e à evasão escolar. A defesa da bandeira “nenhum jovem sem escola, nenhum jovem fora do trabalho, 4 horas na produção e 4 horas na escola” e a defesa do sistema único de educação, estatal, sob o controle de quem estuda e trabalha tem sido propagandeados pela Corrente Proletária por meio de seus boletins e manifestos. Faz parte dessa campanha a luta pela unidade da juventude pobre com o programa da classe operária.

Nordeste

100 anos da morte de Lênin

Formação política - Luta anti-imperialista: teoria e prática

No dia 3 de fevereiro, a formação política da regional nordeste, em Recife-PE, teve como tema os 100 anos da morte de Lênin. O estudo foi dividido em 4 momentos: apresentação sobre a caracterização do imperialismo; exposição sobre internacionalismo proletário; leitura e discussão do manifesto do POR: “Lênin, pilar do marxismo, dirigente da Revolução Russa, construtor do socialismo e farol da revolução mundial”; discussão de intervenções práticas: Comitê de solidariedade Palestina, luta contra privatização do Metrô e informe das eleições da seção do Sinasefe em Pernambuco (Sindsifpe).

Sobre o imperialismo, foi destacado que Marx e Engels não chegaram a vivenciar a fase imperialista do capitalismo, caracterizada pelo aparecimento dos monopólios que ocorre entre o final do século XIX e início do século XX. Coube a Lênin estudar esta nova etapa, onde ocorreu uma fusão do capital bancário com o capital industrial. Lênin apontou que o imperialismo é a fase de declínio do capitalismo, com violenta disputa pelo mercado mundial e maior opressão nacional do imperialismo contra os países atrasados. Lênin caracterizou o imperialismo como fase de guerras, revoluções e contrarrevoluções. A revolução russa foi uma resposta da classe operária à barbárie da guerra, ela repercutiu em outros países da Europa, como Alemanha, onde a burguesia respondeu com a ditadura nazifascista, que esmagou as organizações da classe operária. A libertação dos países oprimidos só é possível, sob o imperialismo, com a revolução proletária, sob a tática de frente única anti-imperialista.

Compreender o internacionalismo proletário é uma necessidade diante das guerras na Ucrânia e na Palestina. O marxismo caracteriza a guerra pelo seu conteúdo de classe e distingue a guerra de libertação da guerra de dominação. Por exemplo, houve guerra de libertação da burguesia contra o feudalismo. Mas, na fase imperialista, a burguesia faz guerras de dominação, aumentando a opressão às nacionalidades. No manifesto de Basileia, os partidos operários alertaram para a iminente guerra mundial, e convocaram as massas para transformar a guerra de dominação (imperialista) em guerra civil, de libertação. Quando a Primeira Guerra Mundial foi deflagrada, a socialdemocracia abandonou o internacionalismo. Os partidos da II Internacional apoiaram suas próprias burguesias, com isso, a II Internacional estava morta para a revolução. Lênin e os bolcheviques aplicaram a linha internacionalista e transformaram a guerra imperialista em guerra civil no processo da Revolução Russa. Com base nesse triunfo, ergueu-se a III Internacional, sob a defesa do Partido Mundial da Revolução Socialista. A URSS e a III Internacional se ergueram com base na defesa da autodeterminação das nações oprimidas.

Na discussão do Manifesto do POR, foi apontada a importância de Lênin para a organização da classe operária, construção do partido bolchevique na Rússia e construção da III Internacional. Lênin viveu menos de 7 anos após a revolução russa, e dizia que tomar o poder foi o mais fácil, que as dificuldades maiores viriam depois da revolução. Para Lênin o início das transformações dependia da ditadura do proletariado, da democracia soviética e do fortalecimento de uma vanguarda dirigente que expressasse inconfundivelmente o movimento da classe operária. Lênin apontava que a revolução na Rússia era uma pequena parte do longo e duro processo para a transição do capitalismo ao socialismo, e no 3º Congresso dos Sovietes (janeiro de 1918) afirmou que “a vitória definitiva do socialismo num só país era impossível”, como conti-



FORMAÇÃO POLÍTICA
Luta anti-imperialista
Teoria e prática

• **Parte 1.** 100 anos da morte de Lênin e a atualidade de seu legado
• **Parte 2.** Rumos da luta pela autodeterminação da Palestina
• **Parte 3.** Campanha contra a privatização da CBTU.

03/02
sábado
às 14h00
UFPE | Recife

nuou a defender Trotsky diante do revisionismo estalinista.

Debateu-se como o isolamento da revolução russa e o atraso econômico fizeram com que a ditadura do proletariado na Rússia se defrontasse com a dificuldade de a classe operária exercer diretamente o poder e com a necessidade de manter a unidade do partido bolchevique. Assim, o 10º Congresso do PCUS, em 1921, proibiu a formação de frações. Neste período se mantinham as discussões das divergências, mas não era permitida a formação de frações. Esta situação particular e transitória foi usada por Stalin, posteriormente, para perseguir e exterminar a oposição. E muitos partidos de esquerda, sejam estalinistas ou que se declarem trotskistas, proibem ou cerceiam o direito de constituir fração ou tendência, substituindo o centralismo-democrático pelo centralismo-burocrático.

Lênin combateu no final de sua vida as manifestações do revisionismo estalinista, e declarou o apoio a Trotsky, como capaz de defender os fundamentos marxistas. Mas, Stalin, apoiado por dirigentes históricos, como Zinoviev, Kamenev e Bukharin, tornou-se sucessor de Lênin. Sob avanço da burocratização estalinista, a década de 1930 é de destruição da III Internacional, com formalização da liquidação em 1943, como gesto de boa vontade ao imperialismo. As revoluções vitoriosas na China e Cuba se deram a despeito das traições da direção da II Internacional. O estalinismo foi responsável pela restauração do capitalismo. Em 1991, a liquidação da URSS representou uma vitória da contrarrevolução imperialista, logo, uma derrota para a classe operária mundial. A classe operária mundial tem a dura tarefa de superar a crise de direção e enfrentar a burguesia contrarrevolucionária. Para isso, Trotsky deu continuidade a Lênin com a organização da Oposição de Esquerda russa e construção da IV Internacional. O POR compõe e convoca a vanguarda a construir o Partido Mundial da Revolução Socialista, por isso compõe o Comitê de Enlace da Re-

construção da IV Internacional (CERQUI), sob assimilação e aplicação do marxismo-leninismo-trotskismo.

O curso foi encerrado com dois pontos que materializam a luta anti-imperialista, a campanha pela autodeterminação da Palestina, contra o genocídio, com balanço do Comitê de Solidariedade Palestina-Pernambuco, tem realizado plenárias presenciais, colagens e panfletagens e com próximo ato para o dia 26 de fevereiro. Além

disso, foi feito balanço do boletim Nossa Classe distribuído aos metroviários, onde foi abordada a campanha contra privatização. O boletim foi bem recebido pelos trabalhadores, que ajudam na elaboração e distribuição. Houve ainda o informe sobre a atuação da CPE/POR na chapa de oposição nas eleições do Sindsifpe, uma experiência importante que se chocou com a direção governista (PT) que precisa, para se manter, se valer de manobras antidemocráticas.

Paraná - RS

A regional do PR- RS tem realizado um estudo sistemático do livro do Lênin "Imperialismo, fase superior do capitalismo". Segue uma síntese do primeiro capítulo dessa obra imprescindível para a formação dos quadros partidários.

A Concentração da Produção e os Monopólios

Neste primeiro capítulo, Lênin inicia destacando o traço mais essencial que caracteriza o regime capitalista na fase imperialista que é o enorme desenvolvimento da indústria e a rápida concentração da produção, em empresas cada vez maiores. Para ilustrar esse traço ele apresenta dados estatísticos da Alemanha e dos Estados Unidos

Mostrando que na Alemanha, o rápido incremento entre 1882 e 1907 das empresas com mais de 50 operários; que a concentração da produção foi maior do que o número de operários, e que menos da centésima parte das empresas utilizam mais de três quartas partes de toda a força motriz.

No caso dos Estados Unidos, quase metade da produção global do país ficava nas mãos de uma centésima parte de todas as empresas; que essas empresas gigantescas abarcavam 258 ramos da indústria; que em 1904 havia 1900 grandes empresas, 0,9% do total, e estas empregavam 1,4 milhão de operários, ou seja, 25,6%, e que o volume de produção destas era de U\$ 5,6 bilhões, ou seja, 38%. Cinco anos mais tarde, em 1909, os números correspondentes eram 3.060 empresas, ou seja, 1,1% empregando 30,5% dos operários e a produção anual deles representava 43,8% do total.

A partir disto, Lênin infere que: "... ao chegar a um determinado grau do seu desenvolvimento, a concentração por si mesma ... conduz diretamente ao monopólio, visto que, para umas quantas dezenas de empresas gigantescas, é muito fácil chegarem a acordos entre si e, por outro lado, as dificuldades da concorrência e a tendência para o monopólio nascem precisamente das grandes proporções das empresas. Esta transformação da concorrência em monopólio constitui o fenômeno mais importante da economia do capitalismo dos últimos tempos".

Além disso, Lênin destaca uma particularidade importante do capitalismo chegado ao seu mais alto grau de desenvolvimento, é a chamada integração, isto é, a reunião numa única empresa de diferentes ramos da indústria que abrangem fases sucessivas da elaboração de uma matéria-prima (por exemplo, a fundição do minério de ferro, a transformação do ferro fundido em aço e, em certos casos, a produção de determinados artigos de aço) ou que desempenham um papel auxiliar uns em relação aos outros (por exemplo, a utilização dos resíduos ou dos produtos secundários, a produção de embalagens etc.).

"A integração" - diz Hilferding - "elimina as diferenças de conjuntura e garante, também, à empresa combinada uma taxa de lucro mais estável. Em segundo lugar, a integração conduz à eliminação do comércio. Em terceiro lugar, permite o aperfeiçoamento técnico e, por conseguinte, a obtenção de lucros suplementares em comparação com as empresas 'simples' (isto é, não integradas). Em

quarto lugar, na luta de concorrência que se desencadeia durante as fortes depressões (dificuldade nos negócios, crise), quando a queda dos preços das matérias-primas não acompanha a baixa dos preços dos artigos manufaturados, ela fortalece a posição da empresa integrada em confronto com a da empresa 'simples'."

Um economista burguês (Heymann) foi obrigado a reconhecer a correção da doutrina de Marx ao constatar que a concentração continua avançando sem cessar, que as diferentes empresas se tornam cada dia mais importantes; cada vez é maior o número de estabelecimentos de um ou vários ramos da indústria que se agrupam em empresas gigantescas, apoiadas e dirigidas por meia dúzia de grandes bancos

Na Inglaterra, o país do livre câmbio, a concentração também conduziu ao monopólio, ainda que um pouco mais tarde e talvez com outra forma. De acordo com o Prof. Hermann Levy: "Na Grã-Bretanha é a grandeza das empresas e o seu elevado nível técnico que originam a tendência para o monopólio. Por um lado, a concentração determinou a necessidade do emprego de enormes capitais nas empresas; e, além disso, a criação de novas empresas se deparam com exigências cada vez mais elevadas no que respeita ao volume de capital necessário, o que dificulta o seu aparecimento"

No "O Capital", Marx já havia demonstrado, através de uma análise teórica e histórica do capitalismo, que a livre concorrência gera a concentração da produção, e que a referida concentração, num certo grau do seu desenvolvimento, conduz ao monopólio. E, embora naquele momento (começo do século XX), os economistas descrevessem essas características do monopólio, continuaram insistindo que o marxismo estava refutado. Contudo, conclui Lênin: "... o aparecimento do monopólio, como consequência da concentração da produção, é uma lei geral e fundamental da presente fase de desenvolvimento do capitalismo".

Quanto à época que começam os monopólios contemporâneos, situa-se, na década de 1860. "O primeiro período importante do seu desenvolvimento começa com a depressão internacional da indústria na década de 1870 e prolonga-se até princípios da última década do século." "Se examinarmos a questão no que se refere à Europa, a livre concorrência alcança o ponto culminante de desenvolvimento nos anos de 1860 a 80".

Lênin descreve a evolução da formação dos carteis - decisivos na constituição do monopólio - constatando que, após o fracasso dos primeiros cartéis que sucumbiram à depressão do início de 1890, seguiu-se uma segunda fase em que, de fenômeno passageiro, os carteis tornaram-se uma das bases de toda a vida econômica; conquistaram, um após outro, os setores industriais e, em primeiro lugar, o da transformação de matérias-primas. "Em princípios da

década de 1890, ao construir o sindicato do coque, que serviu de modelo à organização do sindicato do carvão, elaboraram uma tal técnica dos cartéis que, no fundamental, não foi ultrapassada. O grande progresso de fins do século XIX e a crise de 1900 a 1903, pelo menos no que se refere às indústrias mineira e siderúrgica, pela primeira vez decorreram inteiramente sob o signo dos cartéis”.

Assim, os principais períodos da história dos monopólios podem se resumir do seguinte modo: 1) Décadas de 1860 e 1870, período de grande desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis. 2) Após a crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, no entanto eles ainda constituem apenas uma exceção. Carecem ainda de estabilidade, representando ainda um fenômeno transitório. 3) Expansão de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis tornam-se uma das bases de toda a vida econômica.

O capitalismo transformou-se em imperialismo. Os cartéis estabelecem entre si acordos sobre as condições de venda, as trocas, os prazos de pagamento etc. Repartem os mercados entre si. Fixam a quantidade de produtos a fabricar. Estabelecem os preços. Repartem os lucros entre as diversas empresas etc.

Além disso, os cartéis e trustes concentram frequentemente sete ou oito décimas partes de toda a produção de um determinado ramo da indústria. Lênin dá o exemplo do sindicato do carvão da Renânia-Vestefália, “quando da sua constituição, em 1893, concentrava 86,7 % de toda a produção de carvão daquela bacia, e em 1910 dispunha já de 95,4%8”. O monopólio assim criado assegura lucros enormes e conduz à criação de unidades técnicas de produção de proporções imensas.

A grande superioridade dos trustes sobre os seus concorrentes baseia-se nas grandes dimensões das suas empresas e no seu notável equipamento técnico. “O truste do tabaco, desde o dia da sua fundação, consagrou todos os seus esforços a substituir, em todo o lado, e em grande escala, o trabalho manual pelo trabalho mecânico. Com este objetivo adquiriu todas as patentes que tivessem qualquer relação com a preparação do tabaco, investindo nisso somas enormes”. “Há outros trustes que empregam os chamados *developping engineers* (engenheiros encarregados do desenvolvimento técnico), cuja missão consiste em inventar novos processos de produção e experimentar inovações técnicas. O truste do aço concede aos seus engenheiros e operários prêmios importantes pelos inventos susceptíveis de aperfeiçoar a técnica ou reduzir os custos”.

A concorrência transforma-se em monopólio. Daí resulta um gigantesco progresso na socialização da produção. Socializa-se também, em particular, o desenvolvimento dos inventos e os aperfeiçoamentos técnicos. O capitalismo, chegado à sua fase imperialista, conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, independentemente de sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa.

A produção torna-se social, mas a apropriação continua a ser

privada. Os meios sociais de produção continuam a ser propriedade privada de um reduzido número de indivíduos. O quadro geral da livre concorrência é mantido nominalmente, e o jugo de um punhado de monopolistas sobre o resto da população torna-se cem vezes mais pesado, mais sensível, mais insuportável. Os próprios economistas burgueses reconhecem que os monopólios coagem os outsiders. Esses “civilizados” processos de coação consistem basicamente no seguinte:

“1) privação de matérias-primas (“...um dos processos essenciais para obrigar a entrar no cartel”); 2) privação de mão-de-obra mediante “alianças” (quer dizer, mediante acordos entre os capitalistas e os sindicatos operários para que estes últimos só aceitem trabalho nas empresas cartelizadas); 3) privação dos meios de transporte; 4) fechamento de mercados; 5) acordo com os compradores, pelos quais estes se comprometem a manter relações comerciais unicamente com os cartéis; 6) diminuição sistemática dos preços (com o objetivo de arruinar os “estranhos”, isto é, as empresas que não se submetem aos monopolistas, gastam-se milhões durante um certo tempo para vender a preços inferiores ao do custo: na indústria da gasolina deram-se casos de redução de preço de 40 para 22 marcos, quer dizer, quase metade!); 7) privação de créditos; 8) boicote. ... Encontramo-nos perante a asfixia, pelos monopolistas, de todos aqueles que não se submetem ao monopólio, ao seu jugo, à sua arbitrariedade”.

A própria atividade comercial se transformou. Agora, o êxito não depende mais da habilidade do comerciante “descobrir” as necessidades do comprador, mas, do “gênio” especulativo que sabe calcular antecipadamente as possibilidades de estabelecer laços entre as empresas e os bancos e, embora a produção de mercadorias continue sendo a base de toda a economia, os lucros principais vão para os “gênios” das maquinações financeiras. “Na base destas maquinações e destas trapaças encontra-se a socialização da produção; mas o imenso progresso da humanidade, que chegou a essa socialização, beneficia... os especuladores”.

Lênin também desmascara outra fábula dos economistas burgueses quanto ao período imperialista: a de que os cartéis suprimiriam as crises. Ele demonstra que, pelo contrário, o monopólio criado em certos ramos da indústria aumenta e agrava a anarquia de todo o sistema da produção capitalista no seu conjunto. Acentua-se ainda mais a desproporção entre o desenvolvimento da agricultura e o da indústria, desproporção que é característica do capitalismo em geral. A situação privilegiada da indústria mais cartelizada, a que se chama indústria pesada, particularmente a do carvão e do ferro, determina nos demais ramos da indústria “a ausência ainda maior de coordenação. “E, por seu turno, as crises (as crises de toda a espécie, sobretudo as crises econômicas, mas não só estas) aumentam em fortes proporções a tendência para a concentração e para o monopólio”.

“Monopólio, eis a última palavra da ‘mais recente fase de desenvolvimento do capitalismo’. Mas se não levamos em consideração o papel dos bancos, apenas teremos uma noção extremamente insuficiente, incompleta, reduzida, do efetivo poderio e do papel dos monopólios”.

LANÇAMENTO LIVRO

Lênin estrategista da revolução proletária

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.



Nova Coleção Editorial

R\$ 30

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS

Lênin estrategista da revolução proletária

Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

Nesta edição:

Argentina

- Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

- O fracasso do governo com a Lei Ônibus

Palestina

- Quatro meses de carnificina na Faixa de Gaza

- Amplia-se o massacre dos palestinos na Faixa de Gaza

- Grande luta dos agricultores na Europa

Índia

- Movimento camponês inicia marcha à capital reivindicando o perdão de dívidas e uma política de preços mínimos para seus produtos

2 Anos de Guerra na Ucrânia

- Considerações sobre a entrevista de Vladimir Putin

- Estudos sobre Trotsky e a Restauração

- Aos Camaradas Búlgaros

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Argentina

Abaixo publicamos o posicionamento sobre a crise na Argentina, que se agrava com a eleição de Milei. O CERQUI avalia que o afundamento da economia, o avanço da miséria dos explorados, a decomposição da política burguesa e a agudização da luta de classes colocam a Argentina no centro dos acontecimentos na América Latina. A extraordinária mobilização imediatamente ao lançamento do “Decreto de Necessidade e Urgência” (DNU) e da “Lei Ônibus” indicou que a classe operária e os demais trabalhadores argentinos não estão dispostos a suportar ataques tão brutais às suas condições de existência e se colocam por enfrentar com seus métodos próprios de luta o governo ultradireitista, antinacional e antipopular. Os explorados latino-americanos estão diante da tarefa de apoiar o combate do proletariado argentino. Esse é o significado da Declaração do CERQUI.

Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

Argentina

12 de fevereiro de 2024

O governo de Milei agravou drasticamente todos os problemas. Maior pobreza, desemprego, precarização trabalhista e maior submissão colonial. Só a classe operária tem uma saída para a atual crise política.

- O fenômeno Milei chama a atenção em todo o mundo pelas suas ideias extravagantes, que denomina anarcocapitalismo. Prometeu dolarizar a economia para acabar com a inflação, abolir o Banco Central, ajustar toda a “casta política”. Prometeu acabar com as políticas populistas, coletivistas e estatistas, que seriam responsáveis pela crise na Argentina. Qualifica o Estado como uma organização criminosa que rouba do setor privado e da justiça social, uma aberração. Apresenta-se com o discurso da “antipolítica” para se diferenciar dos partidos políticos tradicionais.

- O seu discurso anticomunista de extrema direita é de alinhamento explícito com os EUA e Israel, de simpatia com Bolsonaro, Trump, Kast, Netanyahu, Vox na Espanha etc. Faz o discurso de ruptura com os principais parceiros comerciais, como Brasil e China. Está alinhado totalmente com o programa do FMI e as suas exigências, comprometendo cumpri-lo rigorosamente. Na guerra comercial entre EUA e China, coloca-se incondicionalmente no terreno dos EUA. No momento de maior isolamento de Netanyahu, reúne-se com ele e decide transferir a embaixada argentina de Tel Aviv para Jerusalém, violando as disposições da ONU e apoiando o seu genocídio contra o povo palestino.

- Não é um fenômeno novo na Argentina. A essência das suas propostas já foi posta em prática pelas últimas ditaduras, por Menem e Macri, e são conhecidos os danos que causaram ao país e

à maioria. Este processo é acompanhado com especial atenção na América Latina, pelas burguesias, para repetir a experiência se for positiva; e pelas massas atentas como se resiste na Argentina, como se luta. Estão observando se será possível a Milei desfechar semelhante golpe contra as condições de vida e de trabalho dos argentinos, e se poderá como saquear tudo que pretende.

- O governo Milei expressa a decomposição capitalista. Expressa uma linha geral da burguesia internacional de acabar com todas as conquistas e direitos das massas. Assim, descarrega toda a crise sobre a maioria oprimida em benefício dos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros. Realiza um ajuste brutal para reunir recursos para pagar a enorme dívida pública fraudulenta e facilitar as vias de pilhagem de recursos, privatizando empresas estatais (incluindo YPF, Banco Nação). O pacote de medidas, que liberta todos os controles, regulamentações e limites ao capital, é apresentado como um desbloqueio das forças produtivas, para libertar as forças do mercado, para que a economia possa crescer. Pelo contrário, o curso da estagnação e destruição das forças produtivas irá aprofundar-se; será cada vez mais impossível satisfazer as exigências do capital financeiro.

. No momento em que se verifica o fracasso das políticas neoliberais em todo o mundo, quando as potências reforçam as suas políticas protecionistas, Milei proclama a abertura total em todas as áreas, criando as condições para liquidar as indústrias que permanecem de pé, promovendo uma maior primarização da economia.

- Milei foi uma criação do grande capital financeiro, que o financiou e o promoveu nos meios de comunicação como um per-

sonagem “antissistema”. Não tem organização política nacional, não consegue sequer completar os cargos na estrutura do Estado. A equipe ao seu redor se afastou. Não estava preparado para governar, adotou o programa que foi desenvolvido por Sturzenegger para um eventual governo de Patricia Bullrich. Colocou à frente da Economia uma figura processada judicialmente, acusada por Milei no passado pelo endividamento e fuga de capitais no governo Macri. Isso explica a sua fragilidade como governo. Uma parte dos seus eleitores votou com a ilusão de que poderia acabar com a inflação e como repúdio ao fracasso de toda a politicagem anterior.

- Um personagem com estas características só pôde chegar ao governo devido ao fracasso dos partidos tradicionais, em particular do peronismo e ao fracasso do último governo Fernández-Kirchner, que nasceu submetido ao acordo com o FMI e a uma dívida fraudulenta que juraram respeitar e pagar.

. Toda a ilusão de que sob o governo peronista de Fernández-Kirchner seria recuperado o que foi perdido no governo anterior se transformou em frustração. A maioria estava farta dos discursos e promessas de que os mais excluídos e mais fracos seriam os privilegiados das políticas do governo. A realidade mostrou o contrário, um governo covarde, incapaz de defender o interesse nacional contra o capital financeiro e de melhorar as condições de vida e de trabalho da maioria. A política de “isolamento social” sob a pandemia também pesou sobre grande parte da população que ficou isolada, sem trabalho e sem recursos, com alguns programas sociais enquanto se salvavam grandes empresas. Nestas condições, foi extremamente difícil para o partido no poder manter o governo. Não havia como responsabilizar as massas por terem votado em Milei.

- O seu voto expressa a rejeição de um importante setor da juventude e também dos trabalhadores (especialmente os mais escravizados) à politicagem, ao regime político. Essa votação não tem nada de direita. Sim, é despolitizada, mas é um golpe claro em toda a hipocrisia do progressismo e da esquerda democratizante, que não pôde e não soube interpretar essa rejeição. Milei também aproveitou o voto obscurantista e antiperonista de Juntos pela Mudança para alcançar a vitória.

- Não são apenas os partidos burgueses tradicionais que estão em crise. O regime político da burguesia está em crise, de conjunto. Não pode mais sustentar formas democráticas burguesas. As massas perdem a esperança na democracia. Não houve como comemorar os “40 anos de democracia” em dezembro, o que alentava toda a politicagem, já que uma figura autoritária assumiu o governo, disposta a estabelecer uma ditadura civil para impor a sua política, que reivindica a ditadura militar, e que foi engendrado em suas próprias entranhas. Assim é a ditadura do capital: quando já não pode ser encoberta pelas formas democráticas, apela aos piores métodos repressivos e ditatoriais para se impor. Nos últimos anos, já houve um processo de direitização de partidos, governos e instituições.

. Todas as câmaras empresariais que representam o grande capital nacional e multinacional apoiam a política de Milei e o programa que adotou, que se expressa no Decreto de Necessidade e Urgência (DNU) e pela chamada Lei Ônibus, mas também pela sua disposição de reprimir fortemente os protestos sociais, criminalizar a greve e organizações sindicais. Pela decisão de “atacar a inflação” atingindo o poder de compra da maioria, cortando orçamentos, eliminando subsídios, aplicando aumentos violentos de tarifas, destruindo salários e pensões e desvalorizando fortemente o peso.

- O fenômeno mais importante da situação é a resposta popular imediata a esta política. Com a mobilização de 20 de dezembro, a Praça desafiando as ameaças e a ação repressiva, bem como os massivos painéis no Congresso e em vários bairros, abriram um período de organização e mobilização, que levaram à greve geral da CGT e das CTAs em 24 de janeiro, com uma mobilização nacional extraordinária e a criação de assembleias nos bairros, mostrando o repúdio à política do governo e a disposição de lutar. O que mostra

que somente a luta de classes pode derrotar este governo e suas políticas. Se o Congresso votou contra a lei e se crescem os recursos judiciais contra o DNU, é por causa da mobilização popular que se abre caminho. A luta de classes agrava a fratura do Estado burguês. Os eleitores de Milei começaram a processar a sua decepção antes dele assumir o cargo; não conseguiu mobilizá-los como a direita esperava.

- Nessa situação de luta de classes, é de grande importância fortalecer a unidade de todos os setores, pois o golpe de Milei não deixa nenhum setor sem atacar. Unir trabalhadores empregados e desempregados, aposentados, moradores, inquilinos, estudantes, profissionais liberais etc. Exigir da CGT e das CTAs uma nova greve e mobilização como parte de um plano de luta para derrotar esta política, que nos leva a uma catástrofe social pior do que qualquer outra que conhecemos. Não pode haver dúvidas sobre o poder de convocação das lideranças sindicais e como isso impactou a burguesia. As bases devem completar a experiência com as direções burocráticas para poder superá-las.

- A perspectiva é trabalhar por uma frente única anti-imperialista, que unifique as reivindicações dos oprimidos sob a perspectiva política da classe operária, a única classe que nunca governou e que não tem nenhum interesse de defender a grande propriedade privada. Uma frente que inclua até aqueles que votaram em Milei, mas que procuram um caminho de organização independente dos partidos patronais, do Estado e das suas instituições.

Uma frente que promova as reivindicações sociais e democráticas, a luta pelos salários, pelas aposentadorias e pelos planos contra as demissões, pela criação de trabalho formal, por um plano nacional de obras públicas, pelos orçamentos para a educação, saúde e habitação.

Tomar nas mãos a luta em defesa das empresas estatais, do sistema estatal de pensões, pela recuperação das empresas privatizadas e pela expropriação dos monopólios que afetam setores vitais da economia; pelo monopólio estatal do comércio exterior, pela recuperação dos portos, dos rios e do mar; pela expropriação da mineração em grande escala, da exploração de hidrocarbonetos desde a exploração até a comercialização; pela nacionalização de todo o sistema bancário etc. Isto não pode ser feito sem rejeitar os acordos com o FMI e a dívida externa fraudulenta que nos obrigam a pagar. Diante da perspectiva de liquidação de toda a soberania, a questão nacional assume o centro das atenções, expressa nas mobilizações com o grito de “o país não está à venda!”

- Uma frente que tome em suas mãos a defesa das liberdades democráticas, pela eliminação do Protocolo, pelo fim dos processos contra os lutadores, pela punição aos responsáveis pela repressão. Rechaçar a intenção de incluir as Forças Armadas na repressão interna. Impedir a presença de tropas estrangeiras no nosso território, nenhuma colaboração ou associação com as Forças Armadas dos EUA por qualquer motivo.

Uma frente que oriente a luta deve enterrar definitivamente o Estado burguês incapaz e vendedor do país, estabelecer um governo próprio para os operários e demais os explorados do campo e da cidade, apoiado pelos órgãos de poder criados pelos trabalhadores na luta, nas assembleias de bairro, nas assembleias populares, nas assembleias nas fábricas e nos locais de trabalho, ou seja, um verdadeiro governo operário-camponês baseado na democracia direta.

Esta frente deve ser alertada diante das manobras políticas do reformismo e do centrismo burguês, que procuram desviar a luta revolucionária para a ilusão de que é possível melhorar a vida da maioria nacional através da reforma do velho, caduco e decadente Estado burguês argentino.

- Este é o programa, esta é a resposta à catástrofe social, à entrega do patrimônio, à submissão. Este programa só pode ser imposto por uma revolta nacional de massa. Não para o Congresso vote ou para as eleições. Uma revolta que acabe com o Estado capitalista,

que exproprie os grandes meios de produção, que institua um novo Estado, que conquiste pela primeira vez a democracia para a grande maioria que ontem foi oprimida. Isso será o produto de uma revolução social. Não há outra saída para as massas, NÃO há outro caminho. Não há vias alternativas, qualquer mudança política que deixe a estrutura concentrada e centralizada do poder nas mãos de

um punhado de grandes capitalistas prolongará e agravará a nossa situação. Para desenvolver esta política é fundamental que a classe operária conquiste a sua independência política, tome este programa em suas mãos, construa o seu partido revolucionário, que é o trabalho que realizamos desde o POR e desde o Comitê de Enlace pela Reconstrução do Quarta Internacional (CERQUI).

O fracasso do governo com a Lei Ônibus

7 de fevereiro de 2024

No momento em que a Lei aprovada começou a ser discutida artigo por artigo na Comissão e enfrentou o resultado negativo das primeiras votações, significou uma declaração de derrota. Foi anulada a aprovação em geral que Milei já tinha obtido. É o fracasso de todas as manobras para manter uma lei que já havia sido mutilada em questões essenciais. O ataque histórico de Milei contra os “traidores”, o “conjunto de delinquentes” e as “bestas” condenando os parlamentares que votaram contra e uma nova série de ameaças expõem a extrema fragilidade e a maior crise de seu governo.

1. O governo lançou um ataque extraordinário contra os oprimidos e a nação desde o primeiro dia. A gigantesca desvalorização e o levantamento de todas as regulações e controles de preços aceleraram a inflação, agravando a catástrofe social que estamos suportando. O governo continua funcionando com o orçamento de 2023, que foi diluído pela inflação de 211%.

2. O governo, como o anterior de Macri e do Fernández, está submetido ao programa do FMI, para fazer ajustes profundos, objetivando o pagamento da dívida externa. Garantem que conseguirão acabar com o déficit e acumular reservas para cumprir com os objetivos fixados pelo FMI.

3. Ele usou o discurso do desastre e da emergência econômica, do perigo da hiperinflação, para explicar que os problemas são estruturais e que era necessária uma profunda reforma do Estado, para libertar as forças do grande capital, e que, dessa forma, as forças produtivas se desenvolveriam.

4. E que todas as reformas tinham de ser feitas imediatamente. Num quadro de completa improvisação, adotou o programa que havia sido preparado para Bullrich, incorporou-a ao governo, assim como outros personagens sinistros.

5. Na forma de DNU – Decreto de Necessidade e Urgência – e da Lei Ônibus, enviou ao Congresso pacotes de reformas que buscam liquidar tudo, desde as liberdades democráticas, legalidade e organização do movimento sindical até a entrega de 41 empresas estatais. Seu conteúdo foi elaborado por escritórios de grandes corporações, razão pela qual era desconhecido por legisladores e funcionários do governo. Foram esses mesmos escritórios que negociaram com representantes de parlamentares por fora do Congresso todas as modificações na decisão que não eram conhecidas até o último dia, quando era hora de votar.

6. Exigiu que o Congresso declarasse emergência em quase todas as questões e delegasse a ele por quatro anos os poderes para impor suas políticas. Essas formas ditatoriais de impor o programa foram acompanhadas por um pacote de duras medidas repressivas contra todas as formas de protesto social.

7. Estava claro que, para impor todas essas medidas, precisava de um regime de ditadura civil. Lançou um ataque extorsivo e agressivo contra governadores, parlamentares, dirigentes sindicais, jornalistas etc., e exigiu que ambas medidas fossem aprovadas na íntegra, sem modificações, para realizar todas as “transformações necessárias”.

8. O FMI, a embaixada norte-americana e grandes corporações nacionais e estrangeiras deram seu apoio. Estas últimas voltaram a



exercer pressão até ontem, com pronunciamentos públicos a favor da Lei.

9. A resposta popular exerceu pressão sobre parlamentares e governadores que tiveram de defender um governo e uma política que aprofunda o caráter semicolonial de nosso país e tem causado danos extraordinários ao poder aquisitivo da população. A mobilização de 20 de dezembro, colocando o protocolo à prova, seguida de um grande panelaço no Congresso e em todo o país, novamente em 27 de dezembro, a greve e mobilização nacional massiva em 24 de janeiro, o ressurgimento das assembleias de bairro e as reuniões que começaram a discutir quando a nova greve nacional seria lançada, mostraram contundentemente a mudança de atitude dos oprimidos, prontos a lutar, para impedir a continuidade dos ataques ao poder de compra, a entrega do patrimônio nacional e a liquidação das liberdades democráticas. Confirma nossa caracterização de que as massas não evoluíram para a direita, que o voto em Milei em grande parte foi um voto de punição contra toda a politicagem podre, farta de tanto ajuste e mentira.

10. O governo e a burguesia acreditavam que tendo sido derrotado o peronismo nas urnas, contando com a colaboração de alguns de seus dirigentes e funcionários e também de setores da burocracia, após o fracasso retumbante de Fernández no governo, o DNU e a lei poderiam ser aprovados.

11. Esse fracasso do governo é importante porque o deixa enfraquecido. Todas as impugnações judiciais ao DNU também o atingiram e não se atreve a tratá-lo no Congresso. Ganhou até a inimizade dos que mais queriam ajudá-lo. A imprensa que o apoiava e fazia campanha por ele começou a se distanciar. Mas é importante ter clareza que o ataque ainda está acontecendo e será aprofundado de outras maneiras. É possível que tente aprovar lei por lei, os mesmos objetivos, buscando os compromissos necessários para garantir votos.

12. Milei ameaça governar por decreto ou convocando plebiscitos. Ele está querendo dizer que poderia governar contra o Congresso. A burguesia precisa de um certo grau de segurança jurídica, de governabilidade, para fazer seus negócios, para investir. Ações e títulos estão caindo porque a derrota do governo menos de dois meses após assumir o cargo cria uma grande incerteza para eles.

CONTINUA →

A burguesia em crise buscará formas de sustentar e endireitar esse governo que está derrotado.

13. Os oprimidos tem de continuar lutando contra a catástrofe social que está sobre nós e nos esmaga. Soma-se agora o aumento das contas que destrói nossos salários todos os dias, e a qualquer momento energia, gás, comida, aluguéis ... É preciso exigir o reajuste imediato dos salários, pensões e auxílios em 100%, alimentos para os refeitórios populares, plano de obras públicas e toda a lista de reivindicações. Exigir da CGT e CTAs uma nova greve e mobilização para arrancá-las do governo e dos patrões. Nenhuma confiança no Judiciário, nem no Congresso. Só na nossa própria força e organização. Tenhamos em mente que estamos diante de uma luta que será prolongada. É nessa luta que vamos criar as melhores condições para recuperar todos os sindicatos para a classe operária.

14. A burguesia não pode continuar governando. Até com “anarcocapitalistas” tentaram. Um após o outro, nos levam à ruína, sempre nos prometendo que o mundo será melhor. Estamos a cada dia mais pobres e mais subjugados. Nós, trabalhadores, oprimidos, temos de nos tornar politicamente independentes, temos de romper com a burguesia, seus partidos, suas instituições que nos levam à ruína. Temos de discutir como, pela primeira vez, conquistaremos o poder e realmente acabar com o Estado dos capitalistas, montando nosso próprio Estado, onde a classe operária, que é quem produz a riqueza, seja a direção da maioria, tomando as rédeas de todos os recursos, expropriando os grandes meios de produção, estatizando-os, e libertando a nação de toda opressão e submissão.

(Extraído do Jornal Massas, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Campanha do POR em defesa da autodeterminação do povo palestino

Carta do Partido Operário Revolucionário

Quatro meses de carnificina na Faixa de Gaza

A guerra desfechada pelo Estado de Israel exige a unidade dos palestinos e dos oprimidos do Oriente Médio para acabar com o genocídio

O movimento mundial pelo fim da intervenção do Estado sionista na Faixa de Gaza deve prosseguir e se ampliar

Combater com a política, o programa e os métodos da luta de classe a ofensiva dos Estados Unidos e aliados imperialistas no Oriente Médio

Que as Forças de Defesa de Israel parem os bombardeios e se retirem imediatamente da Faixa de Gaza!

7 de fevereiro de 2024

À classe operária e aos demais trabalhadores brasileiros

A guerra iniciada em 7 de outubro ultrapassou os marcos da Faixa de Gaza. Os ataques dos Estados Unidos no Iêmen, Iraque e Síria às milícias islâmicas vinculadas ao Irã são sinais de que o imperialismo estende a conflagração no Oriente Médio. A justificativa de Joe Biden de que as forças americanas e aliadas não fazem senão responder aos ataques dos houthis e das organizações da resistência mulçumana, que seriam alimentadas pelo governo iraniano, não tem como ocultar que os Estados Unidos são os principais responsáveis pela chacina praticada pelo Estado de Israel na Faixa de Gaza, bem como pelo longo processo de violenta colonização sionista na Palestina.

Nem bem o governo de Benyamin Netanyahu declarou guerra aos palestinos da Faixa de Gaza, a Casa Branca ordenou o envio de poderosos porta-aviões ao Mediterrâneo. Essa prontidão se deveu ao fato de que o imperialismo esperava um longo confronto das Forças de Segurança de Israel com a resistência do Hamas. Emergia mais uma vez uma enorme pústula da velha ferida aberta desde a década de 1930 e 1940 no território pertencente ao povo palestino. O “princípio” do imperialismo de “direito a defesa” correspondente ao ataque do Hamas em 7 de outubro assinalou que o genocídio do povo palestino teria uma dimensão até então desconhecida.

Passados quatro meses, já são quase 30.000 palestinos mortos, sendo a maioria de crianças e mulheres. As cidades de norte a sul da Faixa de Gaza se transformaram em ruínas. A maioria das famílias foi desalojada e deslocada de um lado para outro. A destruição de hospitais cortou em grande medida os meios de atendimento aos milhares e milhares de feridos, muitos com amputações de parte do corpo. As parturientes e os recém-nascidos não encontram as mínimas condições de saúde. A completa desorganização da economia e os bloqueios a bens vitais do dia-a-dia da existência da população potenciaram a fome e as doenças. É comum corpos apodrecerem a céu aberto. Muitos se acham soterrados nos escombros dos prédios derrubados pelos bombardeios aéreos contínuos. A abertura de um “corredor humanitário” demorou a ser admitida. Logo se viu que a “concessão” de Israel pouco resolveu. O povo faminto recebeu quirelas. A horda de desesperados para obter uma porção de mantimento retratou a barbárie extrema causada pela guerra de dominação do Estado sionista sobre o povo palestino.

A política de guerra aplicada desde o dia 7 de outubro não é nova, nem em seus fundamentos históricos, nem em seus métodos. Nisso reside o conteúdo e o sentido do genocídio: impor pela força das armas o domínio a um povo que resiste ceder seu território; um povo que nunca teve capacidade militar, uma vez que não pôde se constituir como Estado; um povo que não contou a seu favor com transformações revolucionárias, que foram abortadas pelo

nacionalismo burguês e pequeno-burguês árabe, cuja responsabilidade histórica do estalinismo está patente. O método de sufocar pela pobreza extrema e miséria as massas palestinas no decorrer de mais de sete décadas de confrontação se repete na forma de cerco econômico e militar da Faixa de Gaza. A tática militar de destroçar as cidades pelo bombardeios, sem que haja qualquer possibilidade de resposta bélica, não apenas mostra a total superioridade do Estado sionista, como também um meio de espalhar o terror entre a população completamente indefesa. A incursão aérea foi aplicada vastamente na guerra contra o Líbano de 1982 e 2006, quando ainda a resistência palestina era dirigida pelo Fatah. Graças aos bilhões de dólares provenientes dos Estados Unidos e ao fornecimento de avançado aparato militar, o Estado sionista se armou de um poderio bélico incomparável no Oriente Médio e de projeção internacional.

O problema está em que não basta a guerra desfechada desde o alto. É preciso vencer por terra, ocupando militarmente o território. Os Estados Unidos sabem perfeitamente sobre as condições históricas e o alcance das guerras de dominação. Procuraram encontrar uma forma de domínio sionista pela via da subjugação econômica e política, garantida pelo cerco militar. Os acordos de Oslo de 1993, sob o auspício da ONU e controle dos Estados Unidos, resultaram das dificuldades de Israel em acabar com a resistência dos palestinos, que via de regra concluía com massacres e avanço da anexação territorial. Foi uma importante manobra para dividir a população da Faixa de Gaza e Cisjordânia. A capitulação do Fatah não pôde ser concluída, uma vez que se ergueu o movimento opositor a Oslo na Faixa de Gaza. Muito dinheiro foi despendido pelo imperialismo europeu para fortalecer a fração entreguista da Cisjordânia.

A resistência na Faixa de Gaza contou com o apoio proveniente dos países árabes e do Irã. O Hamas se destacou como força política e militar unificadora de parte do povo palestino. Mas, não conseguiu conquistar a Cisjordânia para a causa da resistência antissionista. As intifadas, de 1987 e 2000, expuseram a revolta instintiva da maioria oprimida. Foram esmagadas pela força militar e policial, embora se valessem tão somente de pedras e paus para contra-atacar o cerco armado do Estado israelense. Tãmanha violência contra um adversário incapacitado militarmente se explica pelo imperativo de Israel sufocar a possibilidade de as massas insurgentes colocarem a necessidade do armamento geral do povo, embora não houvesse disposição das organizações políticas dos palestinos de cumprirem essa tarefa.

As guerras de 1949, 1967 e 1973 do Estado sionista nascente e expansionista com países árabes resultaram não apenas em vitórias de Israel, Estados Unidos e aliados europeus, como também em acordos capituladores de parte majoritária dos árabes, cuja essência se encontra na política anexionista contraposta ao direito de autodeterminação dos palestinos. Israel deu um salto à frente na expansão territorial, e assim no processo histórico de opressão nacional, cujo resultado foi o de recrudescer o cerco econômico e militar aos palestinos, de forma a não lhes permitir definitivamente se constituir como Estado. Os acordos de Oslo exprimiram essa situação, contrariando qualquer aspiração nacional dos palestinos. Israel montou um cerco à Faixa de Gaza, transformando-a em uma “prisão a céu aberto”; estabeleceu um poder interno na Cisjordânia garantido pelo desarmamento da Autoridade Palestina, que é serviço do imperialismo, e impulsionou a colonato sionista. Nesse terreno se encontram as bases e os pilares da dominação após os acordos de Oslo, que, por sua vez, têm suas raízes na decisão de 1947-1948 de implantar o Estado sionista contra a vontade dos palestinos e a sua própria existência como nação.

O choque com o Hamas e precipitação de uma intervenção, como a que se iniciou a quatro meses atrás, era questão de tempo. O bomba retardatária se achava e se acha na Cisjordânia, cuja penetração colonizadora se choca diariamente com os palestinos, representando um simulacro do que se passou no início da implantação do sionismo na Palestina. A matança na Faixa de Gaza estremeceu

as placas tectônicas da região e tende a se movimentar em todo o Oriente Médio. Tornou-se insustentável a política da Autoridade Palestina de conviver com a ofensiva da colonização sionista e a ampliação dos conflitos que recorrentemente resultam em expulsão de famílias e mortes de palestinos que localmente resistem.

Os Estados Unidos apoiaram incondicionalmente a decisão de Netanyahu ir à guerra.

O problema agora está em como administrar uma saída, uma vez que o Estado sionista não tem conseguido eliminar o Hamas, apesar de ter recorrido aos métodos militares do genocídio. Biden tem em suas mãos a decisão de ampliar a guerra na Faixa de Gaza para o Iêmen e Irã, o que abarcaria o Iraque e a Síria. O problema está em que o objetivo estratégico dos Estados Unidos se concentra na Rússia e China.

Quatro meses de bombardeios em um pequeno espaço territorial superpovoado parece uma eternidade. O crescente número de civis mortos, desarmados, desorientados e famintos permitiu à África do Sul entrar com uma petição no Tribunal de Haia sob alegação de genocídio. A aceitação de abertura de investigação evidenciou o tremendo impacto mundial da matança, embora os juízes rejeitassem o pedido africano de uma resolução para que Israel cessasse fogo. Esse Tribunal é uma criatura da ONU e está sujeito às forças do imperialismo.

Os enviados de Biden aos países árabes serviu para encontrar uma fórmula que convencesse a casta sionista de Israel se depararem com o obstáculo do Hamas, que não foi esmagado como pretende o governo de Netanyahu. Nesse marco, aumentam os perigos de os Estados Unidos terem de ampliar sua ofensiva contra a resistência do nacionalismo islâmico. Torna-se, cada vez mais clara, a ligação da guerra na Faixa de Gaza e na Ucrânia, bem como a orientação norte-americana de impulsionar a escalada militar na região do Indo-Pacífico.

A recente movimentação da OTAN, para sustentar a continuidade da guerra na Ucrânia e reforçar a unidade imperialista contra a China, ocorre nas condições gerais de potenciação das contradições do capitalismo mundial em decomposição. Até mesmo os analistas que servem à burguesia reconhecem que está configurando-se uma situação de pré-guerra mundial. Não há dúvida de que essa conjunção de choques econômicos e de guerras impulsionados pelos Estados Unidos e aliados resulta do acúmulo das contradições do capitalismo que foram se reascendendo após a Segunda Guerra Mundial e se potenciaram em seguida à liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e à decretação do fim da “Guerra Fria”.

As gigantescas manifestações das massas contra o genocídio e pelo fim dos ataques de Israel à Faixa de Gaza se levantaram em meio à ampliação da crise internacional. O recente arrefecimento se deve à direção do movimento que segue os passos dos governos que advogam uma solução pacífica e democrática, quando não há possibilidade do Estado sionista admitir a existência do Hamas



como força de comando da resistência palestina. A ausência de um movimento de tal envergadura em torno à guerra na Ucrânia, por sua vez, dificultou e dificulta a luta pelo fim da guerra e por uma paz sem anexação, sem as determinações do imperialismo e da OTAN. Na Ásia, persiste a guerra comercial e a escalada militar. As greves operárias e as manifestações que ocorrem em vários países, em oposição às contrarreformas impostas pelos governos burgueses, indicam que a luta de classes latente tende a emergir com maior amplitude e vigor, mas ainda como expressão instintiva das camadas mais oprimidas e controladas pelas direções colaboracionistas. A luta de classe em cada situação particular ocorre em meio às duas guerras que colocam no centro o combate ao imperialismo.

Está posta a luta pela unidade dos explorados em cada país partindo da defesa das condições mais elementares de existência – emprego, salário, direito trabalhista – e a unidade internacional contra as guerras de dominação. Trata-se de um só combate à burguesia exploradora e saqueadora. A classe operária e os explorados em geral ainda não avançam nesse sentido devido à crise de direção. Sem os partidos revolucionários e sem o Partido Mundial da Revolução Socialista, atrasa-se e posterga-se a tarefa de unir os explorados em torno às suas bandeiras próprias e à estratégia da revolução social.

As massas que se movimentaram e se movimentam contra o genocídio do povo palestino encarnam a luta contra a opressão nacional. Devem evoluir para a luta contra a opressão social, de classe. Sobre a base desse combate, se avançará no objetivo histórico de reconstituir as direções revolucionárias que têm a seu favor as experiências e as conquistas das revoluções proletárias, que foram transitariamente desmoronadas pelas contrarrevoluções que tomaram corpo desde meados da década de 1970. Sendo, entre elas, a mais significativa, do ponto de vista histórico, a liquidação da URSS em dezembro de 1991, portanto, há 32 anos.

Diante dos quatro meses de massacre na Faixa de Gaza e nas condições de ataque dos Estados Unidos ao Iêmen e bombardeios no Iraque e Síria, o Partido Operário Revolucionário (POR) dirige-se à classe operária em defesa da autodeterminação do povo palestino e da retirada imediata das Forças militares de Israel. Dirige-se aos sindicatos, centrais e movimentos para que saiam da passividade, passem a compor os comitês de luta e convoquem para a manifestação de 17 de fevereiro. Dirige-se às organizações que se reivindicam do socialismo e do direito dos povos oprimidos à autodeterminação que rompam com o democratismo burguês e pequeno-burguês colocando-se ativamente pela constituição da frente única anti-imperialista. É com essa resposta à política de guerra do imperialismo que a classe operária tomará a frente da luta mundial das massas.

O POR reconhece que o grande problema se encontra na crise de direção, perante a qual cresce a responsabilidade da vanguarda que encarna a consciência de classe. Lutemos para derrotar os objetivos econômicos e a estratégia de guerra do imperialismo, reconstruindo o Partido Mundial da Revolução Socialista. Fortalecemos o POR no Brasil e o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Essa é a via que se apresenta diante da perspectiva do avanço das tendências bélicas e da confrontação da aliança imperialista sustentada pela OTAN contra a Rússia e a China. Somente a classe operária, unida e em luta, por meio do programa da revolução social, poderá erguer uma muralha diante dos Estados Unidos e seus aliados. Trata-se da muralha das revoluções proletárias.

Fim imediato da chacina na Faixa de Gaza! Pela autodeterminação do povo palestino!

Pela expulsão dos Estados Unidos e de todas as forças intervencionistas do Oriente Médio!

Por uma República Socialista na Palestina!

Pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio!

Declaração do Partido Operário Revolucionário dirigida às manifestações de 17 de fevereiro

Amplia-se o massacre dos palestinos na Faixa de Gaza

Não à chacina em Rafah!

Estado sionista avança no objetivo de liquidar a resistência do Hamas

O plano do governo Netanyahu é submeter e anexar definitivamente a

Faixa de Gaza

Estados Unidos e aliados ampliam o intervencionismo militar contra a

resistência dos movimentos árabes

Impulsionar as manifestações mundiais pelo fim imediato da intervenção militar e do genocídio!

Pela união dos palestinos da Faixa de Gaza e da Cisjordânia e pelo apoio dos árabes oprimidos!

Potenciar a frente única anti-imperialista pela expulsão das forças sionistas ocupantes da Faixa de Gaza e pela resistência contra o intervencionismo dos Estados Unidos e aliados

Que os sindicatos, centrais e movimentos não apenas levantem a bandeira contra o massacre, mas também que tomem medidas práticas de mobilização desde as fábricas, bairros e escolas! Que os povos oprimidos e os explorados de todo o mundo se ergam como uma só força para derrotar o colonialismo sionista e o intervencionismo imperialista, que atacam no Lêmen, na Síria, no Iraque e no Líbano.

Este é o objetivo do momento: Não ao massacre em Rafah! Fim dos bombardeios e retirada imediata de Israel da Faixa de Gaza! Nem mais um palestino morto pelo Estado sionista!

17 de fevereiro de 2024

Netanyahu, seu governo de união nacional e a burguesia israelense rejeitaram o plano de cessar-fogo proposto pelo Hamas. Joe Biden manobra politicamente com o palavreado de proteção aos civis e de ajuda humanitária. Representantes das autoridades das potências europeias aconselham o governo sionista a não cometer excessos. Receiam o recrudescimento das mobilizações populares. A diplomacia norte-americana vai de uma reunião a outra com países árabes coniventes com a política anexionista do Estado de Israel, para discutir como será o fim do intervencionismo sionista. Mente, falseia e joga com o direito de os palestinos terem um Estado, com a pacificação e com a coexistência harmônica. Netanyahu expressa com clareza absoluta o objetivo de submeter completamente os palestinos e anexar o pouco que lhes resta de seu território anterior ao movimento de ocupação colonizadora sionista e à criação oficial do Estado de Israel em 1947/1948 pela ONU.

A operação militar do Hamas em território israelense de 7 de outubro expôs o quanto insuportável se encontrava a situação dos palestinos confinados e espremidos na Faixa de Gaza. Aprisionados, empobrecidos e sufocados economicamente, mas sem se curvarem aos ditames imperialistas dos acordos de Oslo, alimentaram o ódio histórico ao sionismo e sustentaram a resistência heroica. A organização da resistência armada, embora o Hamas não tenha armado as massas, corresponde à defesa do povo oprimido, expulso de seu território, dividido e impedido de se constituir como nação. O imperialismo classifica como organização terrorista toda resistência armada que não parta de um Estado, um governo e uma Força Armada reconhecida institucionalmente.

A justificativa de Israel, das potências europeias e, sobretudo, dos Estados Unidos de que a matança na Faixa de Gaza é de responsabilidade dos próprios palestinos, uma vez que as Forças Armadas israelenses não fazem senão cumprir o “direito de defesa”, não tem como ocultar a verdade, os reais motivos. O Estado sionista lançou sua operação de guerra sob a necessidade de avançar o processo de anexação na Faixa de Gaza. Para isso, tem de destruir a sua resistência armada, encarnada pelo Hamas e outras organizações do nacionalismo islâmico. Na Cisjordânia, a implantação de colônias judias progrediu à base da violência estruturada desde o Estado e movimentada por capitalistas.

A divisão territorial e governamental dos palestinos - pavimentada pelos acordos de Oslo - diminuiu a capacidade de resistência social, política e armada da nação oprimida, e, fortaleceu, evidentemente, a estratégia anexionista do sionismo. O maior e o mais criminoso dos massacres já sofridos pelos palestinos é o que ainda está em andamento, e que se realiza em quatro meses de bombardeios. A petição da África do Sul de se abrir um processo de genocídio e de determinar um cessar-fogo no Tribunal de Haia veio a ocorrer

depois de mais de vinte mil mortos, sendo a maioria mulheres e crianças. Esse tribunal da ONU é controlado por forças políticas afeitas ao imperialismo. Não teve como negar formalmente a admissão da petição de investigação de genocídio, mas teve como negar o pedido de resolução de cessar-fogo. Como se vê, esse Tribunal que, supostamente, defenderia os “direitos humanos” fez pouco caso diante da carnificina, exortando o governo israelense a ser comedido e cuidadoso com os civis. É o que acaba de repetir Biden diante da orientação de Netanyahu de bombardear e invadir com tanques a cidade de Rafah, última cidade a ser destruída. Pediu que se fizesse um planejamento para proteger os civis e atacar apenas o Hamas.

Os imperialistas são cínicos e hipócritas por natureza, que advém de suas posições de opressores e saqueadores dos povos que não fazem parte do punhado de países que detêm o poder das finanças e dos monopólios. Os Estados Unidos são os maiores responsáveis pelo prolongamento da intervenção de Israel e pela mortandade que caminha para os trinta mil palestinos. A Casa Branca e o Pentágono aprovaram a decisão de Netanyahu de ir às últimas consequências no objetivo de destruir o Hamas, ou seja, esmagar a resistência dos palestinos, que nunca cessou nesse mais de setenta e cinco anos de confrontos com a oligarquia burguesa sionista que ergueu um Estado colonialista baseado no poder hegemônico dos Estados Unidos, consolidado na Segunda Guerra Mundial.

Segundo Netanyahu, Rafah é a última trincheira do Hamas. Deve ser trucidada, seguindo a tática militar estabelecida desde o início da intervenção. Deslocou-se cerca de um milhão e duzentos mil palestinos do Norte para o Sul. A primeira e mais importante trincheira seria a cidade de Gaza. Assim, o Norte foi incinerado. As massas comprimidas no Sul, que tem sua fronteira fechada pelo Egito, agora estão sendo cercadas em Rafah. Mas, para onde irem? Ou vão ser expatriadas, reproduzindo o método de criar os refugiados; ou vão sofrer maior esmagamento próprio do genocídio. Os primeiros ataques já mataram centenas de palestinos.

Os Estados Unidos utilizaram de sua avantajada capacidade diplomática para comparecer como quem pretende dar um Estado aos palestinos e trabalha para se chegar a um acordo de cessar-fogo. Essa é a melhor forma para manter os Estados árabes como expectadores da tragédia dos palestinos da Faixa de Gaza, e colaboradores para que as forças armadas do imperialismo ajam livremente no Oriente Médio contra a resistência dos houthis e das organizações islâmicas antissionistas.

Aos olhos da ONU e de seu Tribunal de Haia, o Estado sionista promove um dos maiores esmagamentos dos palestinos. Segundo os próprios tratados montados pelas potências, Israel comete crime de guerra. Tudo se passa sob a fraudulenta caracterização do

Hamas como “organização terrorista” e da premissa do “direito de Israel se defender”. Mas, as leis da história, a sucessão de acontecimentos e as experiências que transparecem nas sete décadas de implantação do sionismo no território palestino evidenciam o caráter colonialista-imperialista da decisão da ONU em 1947-1948.

Não há possibilidade dos palestinos se constituírem em Estado sob auspício das potências e consentimento da oligarquia sionista de Israel. A fraude dos dois Estados se acha mais do que estampada pelo curso dos acontecimentos. A resistência armada do Hamas sustenta a bandeira da unidade e do direito à autodeterminação da nação oprimida, mas não tem capacidade para mudar o curso da história de implantação do Estado sionista e de sua função de prestadora de serviços aos Estados Unidos e aliados no Oriente Médio. Do lado de Israel, levar o genocídio até impor uma completa “limpeza étnica” significa provocar uma guerra generalizada no Oriente Médio. Assim que Israel iniciou os bombardeios na Faixa de Gaza, pairou a sombra de se generalizar o conflito. Os porta-aviões norte-americanos aportaram no Mediterrâneo apontando seu poderio ao Irã, Iêmen, Iraque, Síria, Líbano e a quem mais ousasse se colocar em armas do lado dos palestinos. Quatro meses se passaram, e a situação continua tensa e perigosa.

É nesse marco concreto que se colocam os objetivos imediatos da luta em defesa da Faixa de Gaza: obrigar Israel a retroceder em seu objetivo de destruir o Hamas e anexar mais uma parte do território palestino. Esse combate exige ter claro a estratégia de acabar com a opressão e conquistar a autodeterminação do povo palestino. É obrigatório expor à luz do dia as manobras do imperialismo em torno aos dois Estados. Resta a questão da bandeira de uma Pales-

tina, una e democrática. Seria um passo extremamente progressivo se a resistência pudesse vencer o colonialismo sionista, unindo palestinos e judeus sob um Estado democrático, laico, que expressasse a derrocada do Estado sionista.

As condições de desintegração do capitalismo mundial, cujos reflexos no Oriente Médio se manifestam na emersão de tendências bélicas, ora mais visíveis, ora mais ocultas, não possibilitam a nenhum movimento burguês ou pequeno-burguês realizar a tarefa democrática de unir as massas palestinas e judias para se libertarem do Estado sionista e edificarem um Estado democrático burguês. Mas certamente a luta democrática pelo fim da opressão nacional tem um longo trajeto a ser percorrido na Palestina e no Oriente Médio.

O proletariado e a maioria oprimida têm de tomar em suas mãos o combate anti-imperialista. É de grande importância potencial a frente única anti-imperialista que se gestou em resposta ao massacre na Faixa de Gaza. Por esse caminho, ficará claro para os combatentes que a demolição do sionismo e a conquista da autodeterminação dos palestinos se alcançarão por meio de inúmeros enfrentamentos próprios da luta de classes e da revolução social. O objetivo central é o de se alcançar a unificação dos explorados palestinos e judeus sob uma República Socialista, como parte da grande tarefa histórica de se alcançar os Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

Viva a resistência do povo palestino ao sionismo opressor e bárbaro!

Derrotar as forças do imperialismo com o programa e os métodos de luta do proletariado!

Grande luta dos agricultores na Europa

Enquanto o Conselho Europeu Extraordinário se reunia com a presença dos líderes de cada país, a poucos metros transcorria uma mobilização a Bruxelas com bloqueios e fogueiras de agricultores de vários países europeus que reivindicavam a rejeição dos acordos de livre comércio, preços justos para os seus produtos, exigindo das autoridades medidas que lhes permitissem lidar com a inflação e com os efeitos da guerra na Ucrânia.

Os moradores de Bruxelas estão acostumados há muito tempo com os agricultores que entram no bairro europeu da cidade para borrfar prédios com leite ou encher as ruas com gado, em protesto contra as regulamentações agrícolas da UE.

O setor desconfia das medidas introduzidas pela UE para renovar sua Política Agrícola Comum (PAC) de US\$ 59,750 bilhões e “torná-la mais sustentável”. A reforma inclui a obrigação de dedicar pelo menos 4% das terras cultiváveis a atividades não produtivas, bem como a exigência de realizar rotações de culturas e reduzir o uso de fertilizantes em pelo menos 20%. Os manifestantes argumentam que estas medidas tornarão o sector agrícola europeu menos competitivo face às importações. Agricultores belgas a bordo de tratores bloquearam uma importante autoestrada pedindo mudanças na Política Agrícola Comum (PAC). Os agricultores da França se consideram sufocados pelas normas de proteção do ambiente. E argumentam que também são prejudicados pela concorrência de importações mais baratas, produzidas com padrões ambientais mais baixos.

As manifestações eclodiram pela primeira vez na Holanda em 2019 devido às exigências do governo para que a produção pecuária fosse reduzida pela metade para diminuir as emissões de óxido de nitrogênio. (...)

Nos últimos dias, os agricultores franceses materializaram o cerco a Paris bloqueando oito autopistas, cercando-a, reclamando também do custo do diesel agrícola, dos atrasos no pagamento dos

subsídios por parte da UE ou da concorrência representada pelas importações. Os agricultores dizem que esta é uma luta pela sua sobrevivência e que não vão parar. Os agricultores permanecerão nessas estradas dia e noite “o tempo que for necessário”, disse um dirigente do sindicato agrário majoritário FNSEA, enquanto os agricultores montam barracas improvisadas na região de Paris com fardos de palha, cisternas de água e banheiros portáteis.

O setor denuncia a queda de renda, as baixas pensões, a complexidade administrativa, a inflação das normas ambientais e a concorrência estrangeira, mas, principalmente, o acordo que vem sendo negociado entre a UE e os países do Mercosul. (É por isso que Macron resiste em aderir ao acordo.) A França perdeu, em 50 anos, três quartos de seus agricultores e pecuaristas, e está cada vez mais se voltando para as importações: um frango em cada dois vem do estrangeiro, bem como 60% das frutas. Eles dizem que a pressão do governo e dos varejistas para reduzir a inflação dos alimentos os levou a uma situação de não conseguirem cobrir os altos custos de energia, fertilizantes e transporte.

Diante desse protesto, o governo mobilizou forças repressivas, 15.000 policiais, para proteger o mercado atacadista de Rungis, evitar interferências que afetem o fornecimento de alimentos a Paris e garantir o acesso aos aeroportos parisienses. Na Alemanha, Bélgica, Espanha e Países Baixos também se registraram ações similares. Na Alemanha, protestam contra a eliminação gradual das isenções fiscais sobre o diesel agrícola. Dizem que vai levá-los à falência. Os agricultores querem eliminar completamente os cortes de subsídios. Os agricultores alemães realizaram uma semana de greve nacional no início de janeiro. Berlim estava quase paralisada quando uma de suas avenidas centrais foi tomada por caminhões e tratores. Centenas de tratores invadiram a cidade de Hamburgo e, de lá, alguns líderes do campo pediram a renúncia do chanceler Olaf Sholtz.

O efeito cascata da guerra na Ucrânia provocou protestos em quase todos os cantos da Europa. A invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro de 2022 praticamente bloqueou as rotas comerciais no Mar Negro. A UE interveio suspendendo temporariamente cotas e tarifas sobre as importações da Ucrânia, permitindo que seus produtos agrícolas inundassem os mercados europeus, como forma de apoiar os ucranianos na guerra. Um aspecto que eles denunciam: uma fazenda orgânica ucraniana média tem cerca de 1.000 hectares; os seus homólogos europeus medem, em média, apenas 41 hectares. Não há concorrência possível. Os preços em países vizinhos, como Hungria, Polônia e Romênia, caíram repentinamente, e os agricultores locais não conseguiram vender suas colheitas. Na primavera de 2023, tratores bloquearam as mesmas estradas polonesas que um ano antes estavam cheias de voluntários que recebiam refugiados ucranianos. A UE impôs então restrições comerciais às exportações da Ucrânia para os seus vizinhos, por um período limitado. Quando a proibição expirou, os governos de Budapeste, Varsóvia e Bratislava anunciaram suas próprias restrições. A Ucrânia rapidamente entrou com uma ação judicial; as relações estavam tensas e a compaixão por um país que se defendia da invasão russa ficou em segundo plano. Agora, os países do Leste Europeu exigem que a UE reveja definitivamente sua política comercial em relação à Ucrânia.

Os agricultores da Romênia vêm enfrentando muitos dos problemas denunciados. Agricultores e caminhoneiros têm protestado contra o alto preço do diesel, dos seguros e as medidas da UE, bem como contra a concorrência da Ucrânia. O canal de comunicação Kronika afirmou, neste mês, que o fato da UE ter permitido a entrada de produtos ucranianos baratos é “como se um uma pessoa que não sabe nadar tentasse salvar uma pessoa que se afoga. Ambos se afogam.” Na Polônia, agricultores lançaram um protesto nacional em 24 de janeiro contra as importações agrícolas ucranianas. Eles bloquearam mais de 160 estradas em todo o país.

Índia

Movimento camponês inicia marcha à capital reivindicando o perdão de dívidas e uma política de preços mínimos para seus produtos

Nesta semana, as entidades representativas dos camponeses na Índia, após o fracasso das negociações com o governo, anunciaram uma grande marcha à capital, movimento que foi denominado como “Delhi Chalo”, para que o governo de Narendra Modi atenda suas reivindicações, que consistem no perdão de dívidas e na aprovação de uma lei que consolide, a nível nacional, uma política de preços mínimos para a venda dos produtos agrícolas.

A Índia se caracteriza por ter mais de 40% de sua força de trabalho empregada no campo. Além disso, mais de 60% de sua população permanece vivendo em zonas consideradas rurais. A situação do camponês indiano é calamitosa, com grande endividamento, miséria e alto índice de suicídios. Esses elementos, aliados à concentração de terras nas mãos de latifundiários – que reflete as tarefas democrático-burguesas não resolvidas - e às tentativas de inserção do capital monopolista no campo, condicionam o enorme peso que tem o problema camponês no país.

No final de 2020 e ao longo de 2021, o movimento camponês protagonizou uma jornada de lutas contra a tentativa do governo Modi de impor três leis anticamponesas, que romperiam com o monopólio dos armazéns governamentais que subsidiavam os preços dos produtos agrícolas, abrindo terreno para a penetração do capital monopolista da compra e revenda dos produtos, o que levaria ao rebaixamento generalizado dos preços e, consequentemente, à falência e suicídio de milhares de pequenos camponeses. Após uma marcha à Delhi, em 27 de janeiro de 2021, e longas jornadas de luta,

“Os grãos ucranianos devem ir para os mercados asiáticos ou africanos, não para a Europa”, disse Adrian Wawrzyniak, porta-voz do sindicato dos agricultores poloneses. Opiniões semelhantes são ouvidas na Eslováquia e na Hungria. O Comitê das Organizações Profissionais Agrícolas (COPA), o principal sindicato de agricultores da Europa, previu que os agricultores italianos e espanhóis começarão as suas próprias mobilizações. Neste caso, para rejeitar as medidas de combate às alterações climáticas. Os governos espanhol e português estão considerando impor restrições ao uso da água em algumas regiões devido à seca intensa. Recentemente, na Sicília, agricultores bloquearam estradas em protesto contra o governo regional, que, segundo eles, não conseguiu compensá-los pela intensa e prolongada onda de calor e seca do verão passado. Eles acusam a UE de ajudar “grandes corporações”.

Esta situação explosiva na Europa é a expressão da crise que combinou a pandemia com a guerra da OTAN contra a Rússia. A luta dos produtores agrícolas soma-se à onda de greves por salários e condições de trabalho que varre o continente e, principalmente, à extraordinária luta contra a reforma da previdência, com várias greves gerais ativas durante os primeiros meses do ano passado. A direita e a extrema-direita tentarão explorar eleitoralmente o crescente descontentamento da população com seus governos incapazes, cúmplices dos EUA na guerra.

Mas só a classe operária pode apresentar uma saída revolucionária para a crise, expropriando os grandes meios de produção, pondo fim à especulação e ao parasitismo, acabando com as guerras. A condição é resolver a crise direção revolucionária reconstituindo a Quarta Internacional.

(Extraído do Jornal Massas, nº 450, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

o governo Modi recuou e retirou de pauta, no final de 2021, as três leis anticamponesas.

Permanecendo a situação precária das massas agrárias, os dirigentes se viram forçados a reorganizar o movimento neste início de ano. Por outro lado, o governo Modi preparou uma grande operação de repressão, erguendo blocos de concreto, arame farpado e grades de aço, nas principais entradas da capital, para impedir que as dezenas de milhares de camponeses pudessem ingressar em Delhi. Apesar de já terem havido episódios de repressão policial ao longo da marcha, os camponeses não se intimidaram e seguiram em marcha rumo à capital.

Os camponeses indianos têm demonstrado uma grande disposição de luta, expressão da miséria no campo e da grande concentração de terras. As reivindicações, como a de uma política de preços mínimos e o perdão de dívidas, emergem de sua condição de pequenos produtores. A burguesia indiana é incapaz de dar solução ao problema camponês, uma vez que mantém a concentração de terras e abre espaço cada vez mais à penetração do capital monopolista. Esse problema passa para as mãos da classe operária que, por meio da aliança operária e camponesa, firmará as bases políticas para a derrubada revolucionária do poder burguês e a solução do problema democrático da reforma agrária, como parte da expropriação geral da burguesia e da transformação da grande propriedade privada dos meios de produção em propriedade social.

Dois anos de guerra na Ucrânia

Considerações sobre a entrevista de Vladimir Putin

Nesta última semana, o presidente da Rússia, Vladimir Putin, deu uma entrevista para um ex-apresentador da Fox News, Tucker Carlson, um jornalista ligado às posições trumpistas nos EUA. As perguntas e respostas trataram de todos os problemas importantes em relação à guerra na Ucrânia. Obviamente, a entrevista foi atacada por todas as grandes empresas de comunicação e jornalismo, como se contivesse uma série de falsificações e pelo fato de ter sido concedida exclusivamente a um jornalista que é pária no meio. Sabemos que não se deve fazer análises e inferências exclusivamente a partir do que esse ou aquele líder político diz, mas não se pode desconsiderar como um movimento tático de Putin para apresentar ao Ocidente a versão dos fatos segundo o governo Russo.

Nos primeiros quarenta minutos de entrevista, Putin fez um longo resgate histórico sobre o território russo e ucraniano, indo até o ano de 800 para fundamentar a ideia de que a Ucrânia pertence historicamente à Rússia e que esse seria um país formado artificialmente. Quando chega, em sua narrativa, no século XX, responsabiliza os bolcheviques, e particularmente Lênin, por defender a autodeterminação da Ucrânia, que segundo ele não existia antes. Repete ainda algumas vezes que “não entende o porquê Lênin defendeu a liberdade de uma nação se separar”. “Lênin criou a Ucrânia desse jeito”, “os bolcheviques faziam a ucranização” etc. Essas foram algumas das frases de ataque de Putin à política dos bolcheviques e ao direito de autodeterminação dos povos.

Em seguida, chega ao desmoronamento da URSS, em 1991, quando afirma que os líderes russos agiram como um ato de boa-fé, acreditando que seria possível uma relação saudável com o Ocidente. Os EUA prometeram que não haveria expansão da OTAN, mas depois de 1991 isso aconteceu cinco vezes, afirmou Putin. “Não precisa [da expansão da OTAN], agora somos de vocês, burgueses, temos economia de mercado...” Tal afirmação, que além de expressar muito claramente a compreensão de Putin sobre a natureza de classe da Rússia, veio acompanhada de uma certa teatralização sobre não compreender o porquê a Rússia não foi plenamente incluída nos marcos do capitalismo global depois da queda da URSS. Expressou na entrevista que essa era a vontade tanto dos reformadores mais pró-imperialistas, como Yeltsin, até os menos, como ele próprio. De passagem, lembrou uma conversa com Bill Clinton, sobre a possibilidade de a Rússia integrar a OTAN, possibilidade que foi negada por Clinton.

Por fim, chegou ao problema direto com a Ucrânia, quando apresentou a ideia de que o início do conflito se deu com a tentativa de associação da Ucrânia com a União Europeia, abrindo suas fronteiras para essa e, por consequência, para suas mercadorias, que inundariam os mercados russos. Atribui, assim, as raízes do conflito em 2008 e 2014 às ações do “Ocidente” em anexar a Ucrânia à órbita da União Europeia, e portando ampliar o cerco à Rússia, e às violências praticadas sobre os povos separatistas de Donetsk e Lugansk. Colocou a responsabilidade pelo fracasso do acordo de Minsk no Ocidente, fiador do acordo, e nos dirigentes ucranianos do período. E não deixou de justificar a ação russa com a bandeira da “desnazificação da Ucrânia”.

Perguntado sobre a possibilidade de a guerra ultrapassar as fronteiras da Ucrânia, Putin respondeu que não existe interesse em invadir a Polônia, Letônia etc., que já fazem parte da OTAN, isso só aconteceria se esses países atacassem a Rússia. Essa questão surgiu de forma descolada por parte Carlson, como se existisse apenas um interesse subjetivo de expansão de território, e não de defesa do

avanço da OTAN e da União Europeia. Putin se mostrou disposto a negociar, dentro de seus próprios termos, é claro. “Se o Zelensky se recusou a negociar, presumo que o fez sob orientação de Washington”. No entanto, desconheceu, ao longo de toda a entrevista, que a Rússia, para se defender da ofensiva do imperialismo sobre suas fronteiras, se utilizou e utiliza dos métodos da opressão nacional sobre as ex-repúblicas soviéticas.

A entrevista ainda tratou de outros temas como a possível mudança de polaridade do mundo, com o crescimento da China e com o Brics. “O ocidente teme mais uma China forte do que uma Rússia forte. A economia chinesa está crescendo a passos largos.” A guerra comercial dos EUA contra a China é, de fato, o ponto alto da crise internacional, como indicou a própria OTAN, ao modificar suas orientações estratégicas para a Ásia, na Cúpula de Madri. A derrota militar da Rússia, no entanto, faz parte dos planos gerais do imperialismo de manutenção de sua hegemonia.

De conjunto, essa entrevista serviu à Putin como plataforma para confrontar certas falsificações da mídia ocidental, liderada pela estadunidense, e apresentar suas posições, o que não deixou de vir também carregado de subjetivismo e distorções, como no problema histórico, que de alguma forma justificaria as ações russas, ou nas falsificações sobre as posições dos bolcheviques e da URSS. Não se podia esperar, obviamente, que Putin expressasse corretamente o significado histórico da queda URSS. Essa tarefa segue pendente como parte da luta do proletariado internacional contra o imperialismo. A profunda crise de direção, que se abate sobre o proletariado desde os anos 1930, é o fator determinante que obscurece essa compreensão, levando a vanguarda a um redemoinho de confusões sobre o real significado da interrupção da transição do capitalismo ao socialismo e suas consequências, como a própria guerra na Ucrânia.

A guerra na Ucrânia está completando dois anos, sem indícios que vá acabar rapidamente. Os EUA, Alemanha e outros países seguem financiando a Ucrânia, que por sua vez atravessa uma crise com elevado número de baixas nos fronts e uma crise de comando. A recente troca na chefia militar da Ucrânia expressa o interesse de Zelensky em dar uma continuidade ao conflito, já que quem assume o posto é considerado como militar linha dura, conhecido por manter as batalhas até às últimas consequências, pouco se importando com as baixas. Outro elemento que aponta para a manutenção prolongada da guerra vem dos EUA, que acaba de aprovar no Senado um novo pacote financeiro de 95 bilhões de dólares, divididos entre Ucrânia, Taiwan e Israel. Desse valor, 60 bilhões vão para a Ucrânia.

Nesses dois anos de guerra, o preço mais caro tem sido pago pelo proletariado e demais trabalhadores russos e ucranianos, que se ressentem das sanções, privações e destruição física, e que se encontram incapazes de reagir, vítimas de um processo histórico que eliminou sua direção revolucionária, a única que seria capaz de definir claramente o caráter de classe dessa guerra, burguesa, de dominação, com a opressão nacional aplicada pela Rússia, fazendo da Ucrânia um escudo contra ação anexionista do imperialismo. Apesar da importância que ganhou recentemente a guerra na Faixa de Gaza, a guerra na Ucrânia segue como o principal fator da crise geral que o proletariado internacional atravessa, por deitar suas raízes na restauração capitalista da URSS e pelos objetivos estratégicos do imperialismo de controlar a região e submeter a Rússia, e posteriormente a China.

32 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

No Jornal Massas 705, por ocasião dos 32 anos da derrocada da URSS, iniciamos uma exposição sobre a luta de Trotsky contra as forças restauracionistas. Utilizamos, como início, a exposição dos Escritos de Trotsky. No Jornal Massas 706, dedicamos o estudo ao Tomo I, vol. 3. No Massas 707, tratamos do Tomo 1, vol 4. Agora, expusemos dois artigos do Tomo II, vol. 1: “Aos Camaradas Búlgaros” e “Termidor e Bonpartismo”.

Estudos sobre Trotsky e a restauração

Desenvolvimento das formulações de Trotsky sobre a burocratização da URSS, o processo de restauração capitalista e a revolução política

Tomo II- 1930-1931- Vol. 1

Aos camaradas búlgaros



pág. 63

(Fragmento de uma carta)

Esse documento tem uma importância particular pelo fato de Trotsky referir-se ao capitalismo de Estado como via da restauração capitalista. Por ser um fragmento, não temos todos os elementos da carta. Mas, justamente as passagens publicadas nos Escritos concentram as formulações sobre o caráter do regime da URSS, a degeneração da ditadura do proletariado e, portanto, o prognóstico sobre a possibilidade do triunfo da contrarrevolução restauracionista. O objetivo das formulações à carta “Aos camaradas búlgaros”, escrita em outubro de 1930, publicada no “Boletim Internacional, Oposição de Esquerda Comunista, nº 2, de março de 1931”, era o de mostrar a importância da luta pela regeneração da ditadura do proletariado. Neste momento, Trotsky ainda considerava a possibilidade da luta interna e dos meios pacíficos, para fechar caminho aos desvios da burocracia estalinista. Eis: “O poder somente pode passar para as mãos da burguesia mediante uma insurreição contrarrevolucionária. No entanto, ainda, é possível regenerar a ditadura proletária mediante métodos pacíficos. Não se deve determinar a priori qual é a probabilidade de regenerar pacificamente a ditadura. O poderio do proletariado deve manifestar-se na ação, provar na vida e na luta. Essa prova pode surgir tanto do desenvolvimento das contradições internas como de um ataque desde o exterior (bloqueio, guerra)”.

Trotsky assim argumentava em favor do fortalecimento da Oposição de Esquerda Internacional. Era previsível que a questão da desfiguração do Partido Comunista e da ditadura do proletariado provocaria importantes discussões programáticas e táticas. Tratava-se de convencer os agrupamentos que se aproximavam da Oposição de Esquerda sobre o que se passava na URSS, baseando-se no desenvolvimento concreto das contradições internas e externas, do qual fazia parte o movimento de defesa do marxismo-leninismo, dirigido por Trotsky. A dificuldade em avaliar até

onde havia chegado a degeneração estalinista e o fortalecimento das forças restauracionistas deveria ser enfrentada partindo da caracterização sobre o regime da URSS. Somente assim se poderia responder à pergunta se “existia ainda a ditadura proletária”. Certamente, essa dúvida se manifestava na organização búlgara.

Trotsky descreve as características fundamentais do regime soviético: “a) o sistema soviético como forma estatal; b) a ditadura do proletariado como conteúdo de classe dessa forma estatal; c) o papel dirigente do partido, em cujas mãos se concentram todos os elementos da ditadura; d) o conteúdo econômico da ditadura proletária: nacionalização da terra, dos bancos, das fábricas, do sistema de transporte etc. e o monopólio do comércio exterior; e) o pilar militar da ditadura, que é o Exército Vermelho”. Trotsky conclui: “Esses elementos estão estreitamente vinculados entre si, a eliminação de qualquer um deles pode provocar a derrubada de todo o sistema. Na atualidade, o elo mais débil da cadeia é indiscutivelmente o partido, pedra fundamental do sistema”.

Nota-se que não se trata de uma descrição formal, apesar da forma pedagógica de sua configuração. É essencial a dedução de que a eliminação de um desses fatores poderia causar o desmoronamento da URSS. E, naquele momento, a questão fundamental a ser enfrentada pela Oposição de Esquerda era a degeneração do partido. A ditadura do proletariado ainda se mantinha. Admitir essa realidade, significava lutar às últimas consequências em torno ao objetivo de recuperar o Partido Comunista, interrompendo o processo de burocratização e de revisionismo estalinista. Dessas premissas, decorre o reconhecimento de Trotsky sobre “a probabilidade de regenerar pacificamente a ditadura”. Não

LANÇAMENTO!

**GUERRA NA
UCRÂNIA**

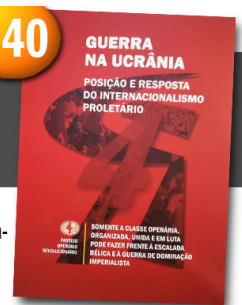
Posição e
resposta do
internacionalismo
proletário

R\$ 40

**GUERRA
NA UCRÂNIA**
POSICÃO E RESPOSTA
DO INTERNACIONALISMO
PROLETÁRIO

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquirá já com o distribuidor do Jornal Massas.



é preciso enfatizar a relação intrínseca entre a ditadura do proletariado, o partido e o regime da URSS. Mas, se faz necessário enfatizar o reconhecimento de que não existe um sem o outro.

Aos camaradas búlgaros, Trotsky procura evidenciar a necessidade de lutar em defesa do Partido Comunista como continuidade programática e teórica do bolchevismo, em cuja base se encontra o marxismo-leninismo. Explica: “Falamos do partido como tal, como livre seleção da vanguarda proletária e como aparato que conforma um sistema único com o Estado. Poderia afirmar-se com razão que o partido como partido já não existe. Suas funções essenciais – elaboração coletiva de posições e resoluções, eleição livre dos funcionários e o controle sobre os mesmos – foram eliminadas definitivamente. Se o partido se separa do sistema soviético esse não tardaria em desmoronar-se”. Era tal a relação que estava em discussão no interior da Oposição de Esquerda Internacional. O partido, para Trotsky, constituía a chave da questão que dizia respeito à manutenção do sistema soviético. Partia dele a possibilidade ou não de derrocada da URSS.

Nessa ordem de análise, diagnóstico e prognóstico, que Trotsky fará a consideração sobre o curso possível da restauração começando pelo capitalismo de Estado. Mostra-se convencido de que, se não houvesse a recuperação do Partido Comunista, a contrarrevolução avançaria. Assim fundamenta em termos de possibilidade: “Libertados do controle do partido, os trustes, primeiro, se transformarão em empresas de capitalismo de Estado, depois, de capitalismo privado. Os enfrentamentos entre os sindicatos e os trustes se transformarão rapidamente em luta de classes. O Estado passaria a ser um órgão dos trustes e dos bancos, e o monopólio do comércio exterior se romperia em vários pontos antes de ser abolido. O Exército Vermelho sofreria um processo similar. Tudo isso provavelmente viria acompanhado de toda uma série de convulsões e manifestações de guerra civil”. É imprescindível compreender esse conjunto de caracterização e explicação do processo político instalado no seio do Estado operário como probabilidade.

Com todo o cuidado, Trotsky diz que “provavelmente” o desmoronamento da URSS ocorreria “acompanhado de toda uma série de convulsões e manifestações de guerra civil”. (...) “Mas, suponhamos, por um instante, que triunfe a ala termidoriana (do partido). Isso significará a liquidação da ditadura proletária e precipitará uma virada de cento e oitenta graus para o capitalismo. Ainda assim, caso se pro-

duza essa situação hipotética, o trabalho da Oposição manterá toda sua vigência, porque defende a herança do partido revolucionário. Não se pode criar um partido com a ajuda do Estado soviético. Entretanto, com a ajuda do partido revolucionário, se pode construir um segundo Estado soviético depois da derrubada do primeiro”. De maneira clara e inequívoca, Trotsky considera a derrocada da URSS como um acidente catastrófico de percurso, mas que inevitavelmente se recolocaria a constituição de “um segundo Estado soviético”.

Termidor e Bonapartismo

pág. 112

26 de novembro de 1930

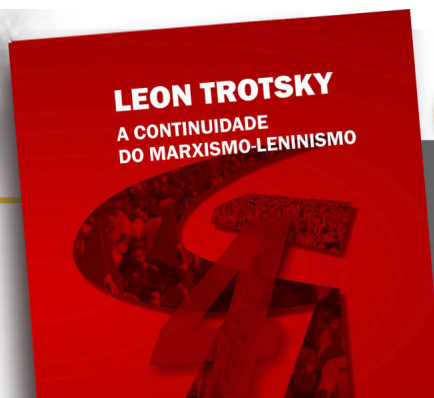
Esse artigo, publicado no “The Militant”, em janeiro de 1931, foi uma resposta de Trotsky aos questionamentos de membros da Oposição de Esquerda Internacional à comparação histórica do termidor e bonapartismo da Revolução Francesa com o que se passava com a Revolução Russa. Entre as críticas, se fazia uma consideração de que se estaria revisando a caracterização do Estado soviético. Trotsky demonstra que os questionamentos não eram procedentes. Os camaradas de então estariam manejando “os termos históricos (termidor e bonapartismo) como categorias abstratas, não como processos vivos, isto é, contraditórios”. Não se trata de expor nesta síntese os detalhes da explicação de Trotsky, o importante, para nosso objetivo, é evidenciar a questão da restauração capitalista. As similitudes e as diferenças históricas serviam para assinalar que a revolução abriga em seu seio a contrarrevolução. A cisão no interior do Partido Comunista entre a Oposição de Esquerda e a direção estalinista refletia, em última instância, essa contradição. Se consolidasse o processo de burocratização e desfiguração do Partido Comunista, certamente as contradições que ainda se potenciavam avançariam no sentido da contrarrevolução. Poderiam chegar ao ponto da necessidade de “uma nova Revolução de Outubro”.

O termidor e o bonapartismo não apenas se erguiam como um obstáculo ao desenvolvimento das transformações que tomaram forma com a expropriação da propriedade privada dos meios de produção e as nacionalizações, mas também como fatores de sua destruição e retrocesso. Trotsky reconhece não só os perigos, mas também a possibi-

Publicado o livro:

LEON TROTSKY A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

lidade de uma vitória da contrarrevolução. Eis: “É possível que as contradições inerentes à construção do socialismo alcancem, em termos gerais, um grau de tensão que exploda os cimentos da construção socialista assentados pela Revolução de Outubro e fortalecidos pelos êxitos econômicos posteriores, sobretudo pelos êxitos do Plano Quinquenal? Sim, é possível”. Era preciso fundamentar essa resposta: “O regime imperante, que é um regime de transição do capitalismo ao socialismo, somente poderia ceder lugar ao capitalismo. Seria um capitalismo repleto de contradições, que não permitiriam um desenvolvimento progressivo. Isso porque todas essas contradições, que em nossa hipótese liquidariam o regime soviético, ressurgiriam imediatamente como contradições internas do regime capitalista e não tardariam em adquirir um caráter ainda mais explosivo”.

Uma vez confirmada essa probabilidade, a luta do proletariado teria de encarnar “uma nova Revolução de Outubro”. Nas palavras de Trotsky: “Isso significa que no interior da contrarrevolução capitalista estariam os elementos de uma nova Revolução de Outubro”. Uma vez de posse dessa hipótese, a pergunta decorrente seria sobre as “formas políticas de tal restauração”. Resposta: “Somente os cegos podem acreditar que o renascimento do capitalismo dos compradores é compatível com a ‘democracia’; mas qualquer outro verá claro que a contrarrevolução democrática está excluída. No entanto, diante da pergunta concreta de quais seriam as formas políticas possíveis da contrarrevolução, só podemos dar uma resposta condicional”. Resposta condicional significa possibilidade: “Se a insurreição contrarrevolucionária triunfar na Rússia – o que não é fácil – a forma estatal que assumiria depende da combinação de uma série de fatores concretos: primeiro, o grau de agudeza

das contradições econômicas no momento, a relação entre elementos capitalistas e socialistas na economia; segundo, a relação entre os bolcheviques proletários e ‘bolcheviques’ burgueses, e a relação de forças no exército; por último, o peso específico e o caráter da intervenção estrangeira”. (...) “Qualquer que seja a forma do regime contrarrevolucionário, os elementos do termidor e o bonapartismo teriam lugar nele, a burocracia soviética bolchevique, civil e militar, desempenharia um papel mais ou menos importante, e o próprio regime seria a ditadura da espada sobre a sociedade, pelos interesses da burguesia e contra o povo”.

Na finalização do artigo “Termidor e Bonapartismo”, Trotsky chama a atenção dos camaradas que o acusam de fazer uma revisão sobre o método. “Assim e somente assim os revolucionários que se consideram forças vivas no processo podem colocar o problema, diferentemente dos doutrinários que observam o processo de fora e o dissecam em categorias mortas”. (...) “Da parte da Oposição de Esquerda não tem por que revisar sua posição enquanto os grandes acontecimentos históricos não estejam exigindo”.

No momento em que os marxista-leninistas travavam o combate para recuperar o Partido Comunista para as posições do bolchevismo, tinham pela frente o estudo da realidade em mudança no que dizia respeito às tendências objetivas da contrarrevolução que se manifestavam no interior do Estado soviético e da ditadura do proletariado. Por isso, poderiam ocorrer “os grandes acontecimentos históricos” que imporiam à Oposição de Esquerda realizar uma revisão. Enquanto não se chegasse a esse ponto, tratava-se de manter as posições e desenvolvê-las em contraposição às tendências revisionistas e restauracionistas.

Trotsky

Aos camaradas búlgaros¹

4 de outubro de 1930
(Trecho de uma carta)

¹ Aos camaradas búlgaros. Boletim Internacional, Oposição de Esquerda Comunista, nº 2, 1º de março de 1931.

Qual é a base do regime da URSS? Recapitulemos os elementos essenciais: (a) o sistema soviético como forma de Estado; b) a ditadura do proletariado como conteúdo de classe dessa forma estatal; c) o papel dirigente do partido, em cujas mãos se concentram todos os elementos da ditadura; d) o conteúdo econômico da ditadura proletária: nacionalização da terra, dos bancos, das fábricas, do sistema de transportes etc., e o monopólio do comércio exterior; e) o esteio militar da ditadura: o Exército Vermelho.

Todos esses elementos estão intimamente ligados entre si, e a remoção de qualquer um deles pode levar ao colapso de todo o sistema. Atualmente, o elo mais fraco da cadeia é, sem dúvida, o partido, a pedra angular do sistema.

A ditadura proletária ainda existe na URSS? Sim, apesar de tudo, ela existe. Apesar da política desastrosa, apesar de todas as oscilações econômicas à direita e à esquerda, o governo continua defendendo a nacionalização dos meios de produção e o monopólio do comércio exterior. O poder só pode passar para as mãos da burguesia através de uma insurreição contrarrevolucionária. Enquanto isso, a ditadura proletária ainda pode ser regenerada por métodos pacíficos.² Não é possível determinar, a priori, qual a probabilidade de regenerar pacificamente a ditadura. O poder do proletariado deve manifestar-se na ação, testado na vida e na luta. Essa prova pode surgir tanto do desenvolvimento das contradições internas quanto de um ataque externo (bloqueio, guerra).

² “A ditadura do proletariado ainda pode ser regenerada por métodos pacíficos”. Esta frase indica a atitude da Oposição de Esquerda em relação à União Soviética até 1933. A partir de então, a Oposição de Esquerda e a Quarta Internacional argumentaram que a democracia soviética só poderia ser restaurada através de uma revolução política contra o estalinismo.

Já dissemos acima que, neste momento, o elo mais fraco é o partido. Falamos do partido como tal, como a livre seleção da vanguarda proletária e como um aparato que forma um sistema único com o Estado. Poder-se-ia afirmar, com razão, que o partido como partido já não existe. Suas funções essenciais – elaboração coletiva de posições e resoluções, livre eleição de funcionários e controle sobre eles – foram definitivamente eliminadas. Se o partido rompesse com o sistema soviético, logo entraria em colapso. Livres do controle partidário, os trustes se tornariam empresas do capitalismo de Estado primeiro, depois do capitalismo privado. Os confrontos entre os sindicatos e os trustes rapidamente se transformariam em lutas de classes. O Estado se tornaria um órgão de trustes e bancos, e o monopólio do comércio exterior seria quebrado em vários pontos antes de ser abolido. O Exército Vermelho passaria por um processo semelhante. Tudo isso provavelmente seria acompanhado por uma série de convulsões e surtos de guerra civil.

Uma vez que o partido enquanto tal não existe, não é inevitável que o processo de degeneração e decadência do regime acima descrito ocorra e, para piorar, em um período de tempo muito curto? O fato é que neste “partido” oficial – que, junto com a juventude, confunde e submete mais de quatro milhões de pessoas ao silêncio e à obediência – nessa massa enorme, diluída, reunida pelo aparato burocrático, dispersam-se os elementos de dois partidos. Os Bessedovskis, Kaiurovs, Agabekovs³ demonstram que um partido contrarrevolucionário está surgindo dentro do partido oficial, cujos elementos estão em vários estágios de maturidade. No polo oposto, proletário do partido, há um processo simétrico, especialmente através da Oposição de Esquerda. Essa massa frouxa, que o aparelho mantém unida, está se diferenciando em duas direções. Enquanto o aparato trava sua luta feroz contra a Oposição de Esquerda, que foi e é seu principal inimigo, fornece apoio direto aos termidorianos.⁴

A questão-chave, quem terá sucesso? não será resolvida de forma imediata pelas estatísticas econômicas das tendências econômicas socialistas e capitalistas, senão pela relação de forças entre as alas proletária e termidoriana da organização que agora leva o nome do partido.

O eixo do processo de cristalização dos elementos proletários do partido é a Oposição de Esquerda. Atualmente, ela é fraca, no sentido de que os laços entre seus quadros e os elementos que são atraídos por ela estão rompidos. A luta pelo restabelecimento desses vínculos, ou seja, a luta

paciente e clandestina pela reconstrução do Partido Bolchevique⁵ é a tarefa fundamental, mais importante e urgente para cada bolchevique.

O primeiro grande teste dos acontecimentos mostrará que a burocracia estalinista carece de uma base social. Ficará suspensa no ar entre os elementos termidorianos e os bolcheviques. A cristalização da esquerda será tanto mais rápida quanto melhor for a formação dos seus quadros e quanto mais estreitas forem as suas ligações com a classe operária. Em situação semelhante (situação internacional, circunstâncias internas), o destino da ditadura proletária dependerá do equilíbrio de forças entre as alas proletária e termidoriana do partido oficial existente. Os resultados não podem ser previstos. Temos agora de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para os tornar favoráveis.

Mas suponhamos, por um momento, que a ala termidoriana triunfe. Isso significará a liquidação da ditadura proletária e precipitará uma guinada de 180 graus em direção ao capitalismo. Mesmo que tal situação hipotética ocorresse, o trabalho da Oposição permaneceria em pleno vigor, pois defende a herança do partido revolucionário. Não se pode criar um partido com a ajuda do Estado soviético. Por outro lado, com a ajuda do partido revolucionário, um segundo Estado soviético pode ser construído após o colapso do primeiro.

No entanto, as tarefas da Oposição não são determinadas exclusivamente pela situação interna na URSS. O Comintern como um todo tornou-se uma arma da burocracia centrada que socava e destrói o comunismo e, assim, só piora as condições da URSS. A Oposição tornou-se um fator internacional, e temos de olhar para o trabalho dentro da URSS também desta perspectiva.

(Extraído dos Escritos, Trotsky, Tomo II – 1930-31, Vol. 1)

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$ 35

**SOCIALISMO
OU BARBARIE**

A Revolução
Proletária na
época do capitalismo
em decomposição



O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

3 Bessedovsky, Kaiurov e Agabekov: Diplomatas soviéticos nomeados pelo aparato stalinista que foram para o mundo capitalista.

4 Thermidor (1794): mês, segundo o calendário inaugurado pela Revolução Francesa, em que os jacobinos radicais, liderados por Robespierre, foram derrubados por uma ala direita do campo revolucionário; embora os termidorianos tenham iniciado um período de reação política que culminou com a tomada do poder por Napoleão Bonaparte, eles não foram tão longe a ponto de restaurar o regime feudal. Trotsky chamou a burocracia conservadora estalinista de termidoriana porque acreditava que sua política preparava o caminho para uma contrarrevolução capitalista. Até 1935, Trotsky usou a analogia com Thermidor para indicar uma mudança real em que o poder passava de uma classe para outra. Ele então modificou sua teoria, e usou a analogia para indicar um desenvolvimento reacionário que ocorreu “na base social de uma revolução” e, portanto, não alterou o caráter de classe do Estado (ver: *Estado operário, termidor e bonapartismo*, em *Escritos 1934-35*).

5 O Partido Bolchevique começou, sob a liderança de Lenin, como uma das duas principais facções do Partido Operário Social-Democrata Russo, uma seção da Segunda Internacional, após seu Segundo Congresso em 1903; Seu principal adversário dentro do partido era a facção menchevique. Com o tempo, o bolchevismo e o menchevismo tornaram-se dois partidos separados e, em 1917, encontraram-se em lados opostos das barricadas. Em 1918, o nome do Partido Bolchevique foi mudado para Partido Comunista (Bolchevique).